

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

63.^a Reunião
(8 de outubro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente deu início à reunião às 10 horas e 46 minutos.

Após a Relatora, a Deputada do PSD Mónica Ferro, ter apresentado o relatório final dos trabalhos da Comissão, usaram da palavra os Deputados João Semedo (BE), José Magalhães (PS), António Prôa (PSD), Jorge Machado (PCP), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) e António Cardoso (PS).

No final, o relatório foi aprovado com alterações apresentadas conjuntamente pelo PSD e pelo CDS-PP e também pelo PS.

O Presidente encerrou a reunião eram 14 horas e 42 minutos

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 46 minutos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, queria prestar-vos uma informação.

Como estão recordados, houve uma solicitação inicial do PS, que foi chumbada pela Comissão; não obstante isso, assumi que faria a diligência no sentido de uma possível visita a um dos navios. Depois, essa solicitação do PS tornou-se uma solicitação de vários Deputados dos grupos parlamentares da oposição. Foi-nos respondido pelo Sr. Chefe de Estado-Maior que os dois navios se encontravam no mar, pelo que era impossível visitá-los, mas tenho aqui a informação de que será possível fazê-lo no dia 16 de outubro. Se ainda assim os Srs. Deputados tiverem interesse em manter essa visita, o navio já estará em doca e isso será possível.

Dito isto, se estiverem de acordo, passaremos à ordem de trabalhos de hoje, a discussão do relatório, que deve iniciar-se pela apresentação do mesmo. Em seguida, darei a palavra aos grupos parlamentares não só para fazerem a sua análise desse relatório mas também, nos casos em que existam, fazerem a suas propostas de alteração.

Sr.^a Deputada Mónica Ferro, enquanto Relatora, a palavra é sua.

Como é evidente, não dispõe de tempo preestabelecido. Tendo apresentado um relatório que, independentemente da apreciação política que se faça, é um documento vasto, extenso, de mais de 400 páginas, detalhado e, na minha opinião, metodologicamente organizado, dispõe do tempo que entender necessário para fazer a sua apresentação.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, trago hoje à Comissão Parlamentar de Inquérito o resultado do que foi a minha análise do trabalho aqui feito, que apresento num relatório cuja estrutura metodológica me parece relevante. Há um racional na elaboração deste relatório, que parte de perceber qual era a linha que subjazia às aquisições militares, como é que se enquadram e o modo como essas aquisições eram e são feitas, em *tandem* com o regime de contrapartidas. Há um esforço muito grande no sentido de analisar o que são contrapartidas e também o que não são.

Se me perdoam a ousadia, houve aqui uma função quase pedagógica de esclarecer, não os membros desta Comissão, porque esses perceberam cabalmente o que são contrapartidas, mas para futuras leituras, o que são ou não contrapartidas, e já me aterei a esta matéria.

Depois, faz-se uma análise contrato a contrato, ou seja, à aquisição dos helicópteros EH-101, à modernização das aeronaves P-3, à aquisição das aeronaves C-295, à aquisição de torpedos para os submarinos, à modernização das aeronaves F16, à aquisição dos submarinos, à aquisição das viaturas blindadas de rodas, as Pandur II.

A Comissão dedicou a esta análise 165 horas e 15 minutos, ao longo de 62 reuniões, ouvindo 50 depoentes e mais três, que responderam por escrito — não é despiciendo dizer que inclusivamente se pediram depoimentos escritos a dois ex-Primeiros-Ministros —, com um acervo documental de mais de uma centena de documentos e outros que foram elaborados com fim específico de informarem a Comissão Parlamentar de Inquérito, o que constitui uma mais-valia em relação a qualquer outra sistematização de documentação feita nesta matéria.

Uma nota para dizer que fizemos 48 audições com 51 depoentes; que o número de documentos pedidos, à data de ontem, era de 126, tendo sido

recebidos 119; quanto aos requerimentos a pedir mais documentação, nenhum deles foi recusado, o que creio que também é relevante.

Antes de passar à súmula do relatório, queria referir, em relação ao estado das transcrições, que neste momento se encontram transcritas 36 audições, o que dá um total de 3286 páginas transcritas, havendo oito audições que não estão transcritas, que passo a enumerar: Eng.º Saúl Pereira; Sr. Sérgio Parreira dos Santos; Eng.º Filipe José Mesquita Soares Moutinho; Dr. Fernando Jorge da Costa Gonçalves; Eng.º Jorge Miranda; Eng.º Rui Paulo Moura Santos; Sr. José de Jesus Mendes Medeiros e Dr. António João Lavrador Alves Jacinto. Neste momento, estão em transcrição as audições do Comandante Gil Corrêa Figueira e do Sr. ex-Deputado Henrique Neto.

É este o estado da arte das transcrições.

Ao longo deste documento, faz-se uma análise que, em termos metodológicos, vou explicar.

No capítulo em que fazemos a análise do racional das aquisições militares, tivemos um sério trabalho de sistematização das audições dos Chefes de Estado-Maior e das audições dos ex-Ministros da Defesa Nacional, tentando transpor para o relatório as declarações dos próprios sobre qual era a importância de cada um dos equipamentos militares a que aqui atendemos.

Há até o caso, que decidi incluir, na audição do Ministro da Defesa Nacional José Pedro Aguiar Branco, de o Sr. Ministro se referir aos NH-90, aos programas internacionais cooperativos, que, embora não estando no escopo desta Comissão, entendemos ser pertinente porque mais adiante será aludido — e o relatório verte esta conclusão —, em audições futuras, que alguns Estados optaram por esta forma de aquisição de equipamento

militar, ou seja, pela participação em programas internacionais cooperativos.

Portanto, a descrição do que foi a experiência portuguesa no caso dos NH-90 na NAHEMA (NATO Helicopter Management Agency), pareceu-nos que teria relevância para este relatório. Isto apenas para justificar porque é que matéria que não está no objeto da Comissão está aqui vertida.

Seguiu-se uma análise jurídica sobre quais as leis que enquadram a aquisição de equipamentos militares.

Há uma referência ao Conceito Estratégico da Defesa Nacional e, depois, à cascata de leis que deriva do Conceito Estratégico de Defesa, chegando até à Lei de Programação Militar. E aqui, Sr. Presidente, quero dar uma nota de agradecimento ao trabalho feito pela DILP (Divisão de Informação Legislativa Parlamentar), um trabalho de sistematização que foi muito útil e que está devidamente identificado, quando usado, ao longo deste relatório.

Passamos depois à parte da análise das contrapartidas. Houve um esforço muito, muito grande não só para estudar o que são as contrapartidas mas para o dizer de forma o mais clara possível. Porém, não ficou claro o suficiente, porque nas notícias deste fim de semana continuei a ver reiterados erros que são anteriores às audições feitas nesta Comissão.

As contrapartidas são contratos através dos quais um governo comprador de material militar a um fornecedor estrangeiro consegue, desse fornecedor estrangeiro, mecanismos de compensação, provocando consequências diretas, indiretas ou induzidas na sua economia nacional. Portanto, é muito importante que aqui fique dito que não se trata de fluxos financeiros, não se trata de pagamentos em dinheiro.

Houve uma grande tentativa não só de recorrer à literatura sobre a matéria como de analisar com especial cuidado as audições em que o tema

é referido, e foi em quase todas, como foi dado um enfâse muito especial às audições dos ex-presidentes da Comissão de Contrapartidas, do Sr. Diretor-Geral das Atividades Económicas, que tem neste momento a competência da execução dos contratos de contrapartidas em vigor, e do Sr. Ministro da Economia, que tem a tutela sobre essa matéria e que aqui nos fez uma atualização com dados do fim do segundo semestre de 2014. Houve também uma análise da literatura e dos trabalhos que algumas universidades e alguns *think tanks* fizeram sobre a questão das contrapartidas.

A fase final do relatório dedica-se a analisar cada contrato militar, tendo em consideração três grandes vetores: o contrato de aquisição, o contrato de financiamento e o contrato de contrapartidas.

Uma vez que esta análise nos parecia manifestamente insuficiente, e é por isso que o relatório resulta em quase 400 páginas compactadas, pareceu-nos que em cada audição tinha sido levantado um conjunto de questões interessantes, pertinentes, que deveriam ser vertidas na análise de cada programa, e foi isso que fizemos.

Assim, em cada um dos programas está a análise dos contratos de referência, dos três contratos que deveriam ter sido negociados sempre em *tandem*, está uma análise da execução desses contratos e está uma série de questões que nos pareceram ter sido as questões mais relevantes levantadas em cada audição.

No final desta análise, acreditei que estava pronta para retirar algumas conclusões, que são as minhas conclusões, motivo pelo qual, na sexta-feira passada, apresentando o relatório preliminar, apelei aos partidos, dizendo que se tratava de um relatório preliminar que resultava da minha análise dos factos, da minha leitura de um acervo documental de milhares de páginas, com milhares de páginas de transcrição e o visionamento de

muitas horas de audição, para que me pudessem fazer chegar propostas de melhoria do relatório e mesmo — porque não, se tem sido essa a prática noutras comissões parlamentares? — outras conclusões que eu não tivesse sido capaz de retirar na minha leitura.

Assim sendo, num relatório de 407 páginas, tenho seis páginas de conclusões, com 36 conclusões, e uma página de recomendações.

As principais conclusões que gostava de destacar aqui, porque é essa a matéria que será alvo de maior escrutínio, de maior atenção — e parto louvando o trabalho levado a cabo na Assembleia da República —, é que esta Comissão levou a cabo o mais exaustivo trabalho de audição, contraditório e recolha documental até hoje realizado na Assembleia sobre a política de aquisição de equipamentos militares e respetivos contratos de contrapartidas. Como já referi, não só ouvimos um número significativo de depoentes como tivemos acesso a milhares de páginas documentais e ainda tivemos acesso a materiais produzidos especificamente para esta Comissão.

Assim sendo, ouvimos todos os Chefes Militares, todos os Ministros da Defesa e da Economia que foram requeridos, todos os presidentes da Comissão Permanente de Contrapartidas solicitados, ouvimos dois antigos primeiros-ministros, além de outras personalidades.

Deixem-me reiterar a frase final da minha segunda conclusão, porque creio que é muito importante: «Nenhum decisor político, atual ou antigo, ficou por ouvir. Nenhuma pergunta ficou por fazer».

Os Srs. Deputados, não obstante terem um questionário inicial, puderam fazer todas as perguntas que quiseram ao longo das audições — todas! O Sr. Presidente da Comissão nunca impediu nenhum Deputado de colocar uma questão, estivesse ou não nos quesitos iniciais, e apraz-me recordar que esse ambiente perpassou sempre nos trabalhos da Comissão. Ninguém foi impedido de perguntar o que queria perguntar.

Não podemos esquecer que o ambiente que rodeou esta Comissão foi frequentemente o de alegações e não raras vezes o de meras insinuações de ilegalidade. Não podemos esquecer este facto.

Dos trabalhos desta Comissão não se retirou qualquer prova ou, sequer, indício de cometimento de ilegalidades pelos decisores políticos e militares nos concursos analisados. A frase tem de ser toda lida e com cautela, com cuidado.

A Comissão obteve informação e debateu largamente aspetos que admitem controvérsia política. Assim foi quanto ao enquadramento legal da programação militar, às escolhas das capacidades prioritárias, à política de contrapartidas, à organização e transparência do financiamento, às principais cláusulas contratuais. Mas o domínio desta controvérsia é político, nunca se confundiu com questões de legalidade ou probidade.

A Comissão registou que alguns depoentes, inclusive, retificaram ou anularam acusações menos fundadas feitas anteriormente.

A Comissão adotou a estratégia de começar pelos temas da segurança do País, que é servida pelos equipamentos militares em referência e, por isso, começou por ouvir os chefes militares de cada ramo, tendo concluído que, unanimemente, defenderam a indispensabilidade das aquisições feitas e reconheceram com satisfação a qualidade operacional dos equipamentos adquiridos.

A Comissão registou ainda a demonstração feita pelos chefes militares quanto à gravidade da situação operacional vivida em termos de equipamentos, no período considerado.

Na verdade, o carácter obsoleto do equipamento ao dispor das Forças Armadas na viragem para o século XXI não deixou outra opção aos responsáveis políticos que não a de uma política de reequipamento. Consensualmente, os três concursos mais analisados — e quando digo mais

analisados significa aqueles a que foram dedicadas mais perguntas e mais atenção nesta Comissão —, o dos EH-101, o dos submarinos e o das VBR, incluem-se nesta necessidade imperiosa.

A Comissão permitiu evidenciar uma certa distância entre o discurso político de consenso na área da defesa nacional e o grau de compromisso atingido nas leis de programação militar. Nenhum responsável ouvido defendeu ser possível o reequipamento militar só com financiamento direto do Estado, mas pode considerar-se dominante a crítica ao excesso de intermediação financeira atingido na LPM 2001, do mesmo modo que se registou um maior equilíbrio e consenso na LPM de 2003.

A política de defesa nacional não é um campo de arbítrio, tem obediência constitucional específica e cumpre responsabilidades internacionais na exata medida em que Portugal é parceiro e membro de alianças e organizações internacionais que garantem a nossa segurança coletiva e, para além disso, desempenha missões de manutenção da paz e missões humanitárias que prestigiam o País e as nossas Forças Armadas.

A Comissão ouviu todos os Ministros da Defesa Nacional de 1998 até hoje. Nenhum afirmou que teria homologado um vencedor diferente nos vários concursos analisados. Os dois ex-Primeiros-Ministros ouvidos, António Guterres e José Manuel Durão Barroso, confirmaram inequivocamente serem favoráveis à aquisição de submarinos para manter essa capacidade — para dar um exemplo. Importa reter este facto tendo em atenção o grau de polémica frequentemente demagógica sobre a capacidade submarina portuguesa.

A Comissão dedicou uma parte substancial da sua agenda à questão das contrapartidas. É nosso dever clarificar que uma contrapartida não é um fluxo financeiro direto, ao contrário do que incorretamente se afirma no discurso mediático e, por vezes, no discurso político. Nenhum negócio de

equipamento militar seria possível baseado na presunção de que o adquirente receberia em contrapartidas montante equivalente ou superior pela compra. Uma contrapartida é uma compensação que resulta de um projeto que se apresenta e que deve criar valor na economia.

As contrapartidas são oportunidades que dependem, em certa medida, das contingências do mercado e do tempo dos concursos públicos. O facto de poderem perder oportunidade não exime o fornecedor de cumprir com o contratualizado com o Estado português.

Se é certo que as contrapartidas podem constituir importante instrumento para o desenvolvimento económico da base tecnológica nacional, deve concluir-se que o Estado e os Governos sucessivos deveriam ter sido mais assertivos na definição regulatória de quais os setores e projetos estratégicos para a consolidação dessa base tecnológica.

As audições dos Ministros e dos Presidentes das Comissões de Contrapartidas têm neste domínio um ponto claramente comum: insatisfação e crítica à falta de meios humanos e materiais das Comissões de Contrapartidas.

Dessas audições resulta ainda evidente que existiram sinais de descoordenação entre tutelas das contrapartidas e até concorrência entre tutelas e comissões específicas, conforme foi reconhecido pelos Ministros da época.

Nenhum responsável político ou de contrapartidas demonstrou que fosse viável o princípio da repercussão do grau de execução das contrapartidas no preço do equipamento.

A Comissão reconhece as complexidades dos sistemas de avaliação das contrapartidas, bem como a circunstância de Portugal ter vivido desde 2001 em procedimento por défice excessivo.

A Comissão concluiu que os países que apresentam um grau mais satisfatório de execução e integração industrial de contrapartidas foram os que optaram pela profissionalização do sistema de avaliação e fiscalização de contrapartidas, constituindo agências até fora da administração direta do Estado. Aqui, embora nos tenham sido dados dois exemplos distintos, optei por verter no relatório o exemplo espanhol.

A Comissão considera, portanto, que Portugal teria tido vantagem em criar uma agência profissional, capaz de avaliar melhor os projetos, fiscalizar mais a sua execução e detetar mais cedo o grau de preparação das empresas para este desafio.

Tendo em atenção as audições realizadas, chama-se, no entanto, a atenção para o facto de os melhores casos internacionais serem também o resultado de investimentos públicos vultuosos em projetos cooperativos, aqueles a que fiz referência há pouco. Ora, esse nível de investimento não era acessível a Portugal a partir do momento, em 2001, em que se agravaram as dificuldades do défice.

A Comissão considera errado o Estado ter deixado atrasar a definição de um enquadramento contratual de contrapartidas ao aprovar aquisições sem lista de contrapartidas. É ainda desejável que o Estado se defenda em matéria de garantias, cujo valor não pode voltar a ser tão baixo — entre os 10 pontos percentuais, exigidos em 2000, no caso dos submarinos, e os 25 pontos percentuais, exigidos no caso da VBR, em 2004. A segunda opção protegeu nitidamente o interesse nacional.

O Decreto-Lei n.º 33/99, de 5 de fevereiro, aprova o regime jurídico das aquisições no domínio da defesa abrangidos pelo artigo 223.º, n.º 1, alínea *b*), do Tratado de Roma, que determina a não sujeição destes contratos às regras fixadas nas Diretivas n.ºs 93/36, CEE, do Conselho de 14 de junho, e 92/59/CEE, do Conselho de 18 de junho, e a desaplicação

das normas que disciplinam a escolha do procedimento e a respetiva tramitação para a generalidade das aquisições de bens e serviços por parte das pessoas coletivas de direito público.

O Decreto-Lei n.º 154/2006, de 7 de agosto, reformula profundamente a Comissão Permanente de Contrapartidas, no sentido de lhe dar uma resposta mais atualizada.

Como já dissemos, um contrato de contrapartidas é um contrato celebrado entre um governo comprador e um fornecedor estrangeiro para a aquisição de bens ou serviços, perante o qual um fornecedor estrangeiro providencia benefícios económicos adicionais, para além do bem ou serviço transacionado, à economia do comprador.

As contrapartidas subdividem-se em dois grandes tipos: diretas, quando dizem respeito à incorporação de produtos ou serviços no equipamento em aquisição e que são produzidas por empresas locais, ou indiretas, quando dizem respeito ao caso das transações em que o destino do bem ou serviço gerado localmente não se destina ao objeto da aquisição.

Uma contrapartida não é um fluxo financeiro direto. Uma contrapartida é uma compensação que resulta de um projeto que se apresenta e que tem de criar valor na economia.

As contrapartidas geram valor para a economia nacional na justa medida em que criam oportunidades que de outro modo não existiriam. As contrapartidas podem constituir um importante instrumento para o desenvolvimento económico da base tecnológica e industrial nacional. No entanto, as contrapartidas deveriam ter uma componente de regulação no sentido de que os projetos ou programas de contrapartidas deveriam estar logo associados a áreas prioritárias e a projetos estratégicos para o País, definidos pelo próprio Estado.

O objetivo último da Comissão Permanente de Contrapartidas era constituir-se como único interlocutor do Estado com as empresas envolvidas na execução das contrapartidas, gerindo o banco de créditos de contrapartidas e apoiando o Estado em todo o processo, desde a definição das mesmas até ao acompanhamento da sua execução, passando pela negociação, avaliação e contratualização das contrapartidas.

Os termos de referência das contrapartidas deveriam ser definidos previamente à abertura dos procedimentos de aquisição de material de defesa. Os contratos de aquisição, financiamento e contrapartidas de equipamentos militares deveriam ter sido sempre negociados em conjunto.

Registando os progressos verificados, a Comissão considera que a questão das contrapartidas é a parcela mais insatisfatória dos processos aquisição de equipamento militar, devendo sem rodeios reconhecer-se que as deficiências legais e institucionais começaram logo em 98 e prolongaram-se no tempo. É especialmente frustrante o baixo nível de execução ao longo de vários anos.

A questão da memória institucional foi amplamente tratada nesta Comissão. Foram claras as fragilidades na guarda da documentação destes processos, nomeadamente no Ministério da Defesa Nacional, que, entre várias estruturas e direções-gerais, não conseguiu impedir uma dispersão documental. É com satisfação que sabemos que neste momento o Ministério da Defesa Nacional está em condições de garantir essa memória.

As questões que ficaram por esclarecer prendem-se, maioritariamente, com o facto de esta ser uma Comissão de Inquérito e não um órgão de investigação judicial, que não pode nem deve ser substituído pelo poder legislativo.

Esclarecido este ponto, é de assinalar que foram inquiridas e esclarecidas questões que há uma década são tema de polémica e foram

encontrados factos que revelam a verdade e a cronologia da atuação do Estado nesta área.

Sr. Presidente, reconhecendo que possa ter lacunas, reconhecendo que possa ser alvo de melhorias, este é o relatório preliminar que apresento à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Independentemente da análise, e não posso dizer que não tenho opinião seja sobre os trabalhos da Comissão, seja sobre o relatório apresentado, mas não a expenderei neste momento, pois a primeira palavra compete, obviamente, aos Srs. Deputados, enquanto Presidente da Comissão, quero agradecer-lhe o trabalho que fez num curto espaço de tempo, dentro dos prazos definidos pela própria Comissão, e o esforço, que é um esforço louvável, de um relatório significativo num curto espaço de tempo.

Pessoalmente, felicito-a por isso, independentemente da apreciação que a Comissão venha a fazer e da decisão que venha a tomar em relação a este relatório.

Passaria agora a palavra aos Srs. Deputados, para intervirem em relação ao relatório e para apresentarem as suas propostas de alteração, seguindo a ordem dos grupos parlamentares.

Antes disso, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo, que a pediu para interpelar a Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, julgo que era importante que a Sr.^a Relatora informasse esta Comissão sobre quais foram as propostas de alteração aceites.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não sei se ouviu a minha sugestão, que era no sentido de os grupos parlamentares, quando agora usarem da palavra, designadamente os que apresentaram propostas de alteração — estamos a referir-nos ao PSD e CDS-PP e, a seguir, ao PS —, nesta primeira intervenção, as poderem apresentar; depois, numa resposta subsequente, a Sr.^a Relatora diria o que é que aceitou.

Se os Srs. Deputados pretendem que essa resposta seja dada já... É que as propostas ainda não foram apresentadas... A Sr.^a Relatora dirá o que é que aceitou antes de sabermos o que é que os grupos parlamentares quiseram apresentar... Mas, Sr. Deputado, não tenho qualquer objecção, nem relativamente a uma solução nem à outra, como é evidente.

O Sr. **João Semedo** (BE): — A Sr.^a Relatora que faça como entender mas, normalmente, o caminho é o inverso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como há grupos que apresentaram propostas, era só para lhes dar a palavra antes. Podemos é fazer isso já...

Ou seja, posso dar já a palavra aos grupos parlamentares que apresentaram propostas; a seguir, darei a palavra à Sr.^a Relatora de novo e, depois, então, poderemos fazer uma ronda de intervenções sobre a conclusão desta matéria. Talvez isto seja até mais esclarecedor.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, julgo que esse caminho é o único produtivo. Se fizéssemos uma espécie de apresentação em globo de emendas na especialidade, ou, enfim, de «pontualizações» de

questões concretas colocadas pelo relatório, isso seria, além de enfadonho, apesar de ficar gravado, pouco operativo.

Julgo que o sistema que até agora testámos com mais êxito foi o de pergunta/resposta. Por exemplo, há coisas fáceis, como a distinção entre uma comissão e um *spread* — é fácil, é uma gralha que se remove e não tem nenhuma dificuldade —, mas a verificação de certas contas que estão feitas no projeto de relatório já é mais complexa, porque implica a verificação de números e examinar linhas de raciocínio de cálculo numérico, o que, além de ser de difícil em si e intrincado, demora algum tempo. Se tentamos meter isso numa espécie de rol de 30 questões para serem depois respondidas de memória pela «vítima», isso é insuportável. Não queremos submeter ninguém a esse tipo de dificuldade.

Portanto, julgo que só ponto a ponto é que se consegue resolver isto com alguma transparência e clareza de procedimentos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, na minha opinião, as propostas não são tantas como isso e só dois grupos parlamentares é que as apresentaram. Aliás, a Sr.^a Relatora, pelo sinal que me está a dar, estaria até em condições de responder já.

No entanto, antes de ela responder uma a uma, daria a palavra aos grupos parlamentares que apresentaram propostas. Não sei se, em primeiro lugar, aos dois grupos da maioria ou se bastará até só a um deles para sinteticamente referir as propostas — não sei se o Sr. Deputado António Prôa quer indicar quem é que o poderá fazer — e, a seguir, ao Sr. Deputado José Magalhães, uma vez que foram os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS e o do PS aqueles que apresentaram propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **Antônio Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, ainda em jeito de interpelação à Mesa, parece-me que seria pertinente e, sobretudo, por respeito pela Sr.^a Relatora e pelo trabalho que produziu, que nos pudéssemos pronunciar sobre o trabalho que ainda agora apresentou.

Se não discordar, Sr. Presidente, eu usaria da palavra...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas o método que eu estava a tentar consensualizar, na sequência da intervenção do Sr. Deputado João Semedo, era o de as primeiras intervenções serem só para os partidos que apresentaram propostas de alteração fazerem a respetiva apresentação, o que não obsta, obviamente, a que o Sr. Deputado, antes de apresentar as suas propostas, teça uma consideração geral sobre o relatório apresentado.

Mas voltarei depois, numa segunda ronda, a dar a palavra aos partidos políticos para que aqueles que não apresentaram propostas possam fazer uma intervenção de fundo, já sabendo o que foi apresentado, o que foi aceite e o que não foi aceite, porque essa é missão da Relatora.

De resto, queria lembrar que, da informação que pedi para que fosse recolhida sobre esta matéria, há várias experiências. Uma vez que nem a lei, nem o Regime dos Inquéritos Parlamentares, nem sequer o Regulamento da Comissão são explícitos nessa matéria, há comissões que têm entendido que o que não é aceite pela Relatora, pura e simplesmente, está fora, por assim dizer, do âmbito e há outras que têm entendido proceder à votação sobre tudo aquilo que não for imediatamente integrado pela Relatora e penso que esse é o método mais correto, mais justo e mais democrático, por assim dizer.

Acho que sobre isso não haverá nenhuma dúvida: devemos proceder à votação sobre tudo aquilo que não for imediatamente integrado pela

Relatora. O que for integrado pela Relatora está integrado e o não for integrado, na minha opinião, deve ser sujeito a votação. Chamo a atenção de que nem sempre foi assim em todas as comissões, mas, na minha opinião, é indiscutivelmente o método mais democrático. Caso contrário, prolongamos a reunião em três rondas. Teremos de ter uma ronda inicial sobre o relatório, uma segunda ronda sobre as alterações e, depois, uma ronda final.

Sr. Deputado António Prôa, tem a palavra.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Se bem entendi, a sugestão de metodologia proposta pelo Sr. Presidente é a de que, nesta primeira ronda, se faça referência exclusivamente às propostas de alteração e, numa segunda ronda, todos os partidos políticos intervirão sobre o relatório.

Estou perfeitamente de acordo com essa proposta e, muito sinteticamente, vou dar nota das três alterações que são propostas pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, as quais parecem-me ser relativamente óbvias. A primeira diz respeito à integração dos quesitos consensualizados no texto do relatório; a segunda tem que ver com um esclarecimento, uma precisão, uma clarificação, que nos parece pertinente, quanto às questões do financiamento e às taxas que foram aplicadas e o impacto que isso teve no custo dos submarinos; e a terceira, mais longa, tem que ver com um maior detalhe relativamente ao programa de aquisição dos torpedos, que nos parece poder beneficiar com um maior detalhe. As outras duas alterações são mais de precisão, uma delas tem que ver com as conclusões e a outra tem que ver com uma clarificação de sistematização da informação relativamente às contrapartidas.

São estas, Sr. Presidente, as alterações que propomos integrar no relatório.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, tem a palavra.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, francamente, não sei se esta metodologia é a mais adequada. Temos dúvidas ou observações a fazer em relação a este conjunto de emendas que a maioria faz ao seu próprio relatório.

O Sr. **Presidente**: — Para já, é para apresentar em traços gerais.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, claro que posso fazer isso. É um pouco maçador, mas...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — É um gosto!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Eu sei que é um prazer, mas o problema não é esse. O problema é que se seguimos essa metodologia, a certa altura, o tempo de resposta coincidirá com o meu tempo de pergunta. Ou a Sr.^a Deputada Mónica Ferro prefere que as observações sejam feitas uma a uma? É que apresentar um rol de observações, como aquele que foi entregue à Mesa, é relativamente penoso, embora possa ser um prazer. No entanto, não é do ponto de vista da apreciação e do cruzamento de opiniões o método mais eficaz, julgo eu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mais maçador ou menos maçador a escolha é sua.

O que sugeri foi que, em traços gerais, fosse feita a apresentação. Todos os Srs. Deputados, penso que a comunicação social, quem quiser

tem acesso ao rol extenso das propostas em concreto. A seguir, até podemos não ter nada para discutir. Não sei, nem posso presumir, o que é que a Sr.^a Deputada Relatora vai dizer, mas, se ela disser que aceita, só teremos de discutir aquilo que a Sr.^a Relatora não aceitar. O objetivo de quem faz as propostas é o de que elas sejam integradas no relatório. Se elas forem integradas por vontade da Relatora, saem do objeto da discussão e só terá de haver discussão, opiniões, contraopiniões sobre aquilo que não for aceite.

Por isso, o que estava a pedir neste momento — aliás, já pedi ao Sr. Deputado António Prôa e também estava a pedir ao Sr. Deputado José Magalhães — era uma apresentação genérica. Mas, enfim, se preferir fazer uma explicação ponto por ponto não o impedirei, como é evidente. Mas poder-se-ia fazer uma apresentação genérica e, depois, a Relatora responderia: «Olhe, do que foi apresentado, eu aceito A, B, C, D, E, F, G», estando depois em discussão o resto. E o resto pode ser discutido e votado ponto a ponto, se quiser. Temos o dia todo!

Sr. Deputado José Magalhães, tem a palavra.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, vamos exemplificar e veremos como é que progredimos ou não no uso dessa metodologia.

Julgo que há dois blocos de questões que o relatório coloca, tal qual foi apresentado.

Um decorre daquilo que foi escrito e outro decorre das perguntas a que não é dada qualquer resposta. E, obviamente, julgo que só se pode estar em divergência frontal quando se afirma — sei que é uma frase bonita — que nenhuma pergunta ficou sem resposta. Mas não têm a mínima correspondência no relatório, porque ficaram várias perguntas por fazer pois, infelizmente, fomos impedidos de fazer perguntas-chave ao Dr. Paulo

Portas, ao Dr. Durão Barroso... Portanto, enquanto os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas não têm perguntas para fazer ao Dr. Barroso — sentem-se confortáveis —, nós temos. O que não percebemos é por que diabo é que eles se sentiram confortáveis, ficando com essa dúvida, não diria eterna porque temos, a seguir, o inquérito ao BES, onde essas perguntas poderão ser repetidas até com mais densidade e mais dados, mas, francamente, não percebemos qual seja a vantagem.

Agora, afirmar com ar cândido que nenhuma pergunta ficou por responder é verdadeiramente uma atitude...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Deputado, por fazer! Por fazer!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Por fazer, sim!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Por fazer! Não foi por responder, foi por fazer!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Não é a mesma coisa!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Foi um lapso!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não há lapso nenhum.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Relatora, assim vai ser difícil. No fim, poderá responder.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Eu tenho várias perguntas por fazer e no esforço conjunto que fizemos, na posição comum que assumimos, sobre a versão preliminar do relatório, nos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda, estão exemplificadas algumas das perguntas que fomos impedidos de formular, portanto, de fazer pelo facto de a maioria ter boicotado metodicamente as diligências que foram propostas e foram rejeitadas.

Uma voz não identificada.

Ter-nos-ia feito bastante bem aquilo que os Srs. Deputados, em laracha, dizem ser uma excursão, porque devem ter uma ideia má das excursões... Para os senhores a excursão é uma coisa pecaminosa e votada ao pecado, não pode ser uma diligência interessante. Mas esse é um problema que não se trata aqui, trata-se noutra sede e em alguns casos é incurável.

Portanto, não se trata de fazer a terapia de problemas mal resolvidos, trata-se de dizer que falar com a justiça alemã é, obviamente, importante. E há de ser conseguido, há de ser conseguido...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — A bem ou a mal!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — ... sempre a bem porque somos gente de paz.

Portanto, perguntas não respondidas. Algumas são de truz! Por exemplo, a análise do *swap*, que a Sr.^a Deputada aceita como boa a versão que foi trazida pelo Dr. Carnall, está puramente errada. Os senhores apresentaram agora uma errata, com o aditamento de um texto a inserir na

página 335, que ajuda a colmatar uma lacuna, que era bastante gorda, mas não ajuda a resolver os problemas do *swap* e, como temos o Relatório do Tribunal de Contas n.º 22/2012, 2.ª Secção, Processo n.º 46/2011 (já nem é de ontem), onde se explica o que foi liquidado a pronto em dezembro de 2010 pelo Governo de então e os encargos financeiros pagos na altura, 168 milhões de euros, não é explicado como se chegou a esse cálculo, porque, segundo alguns documentos que circulam por aí — é uma questão de analisá-los —, a conta a que o Credit Suisse First Boston/BES tinha chegado era cerca de 1048 milhões de euros e nós conseguimos pagar 1001 milhões de euros. Só se consegue chegar a este quantitativo refazendo as contas, o que não é conseguido com o quadro que aqui foi fornecido, e não se explica qual foi a taxa implícita nos montantes que foram pagos em cumprimento do contrato.

Também não há dados sobre as notas de liquidação que foram emitidas e aquilo que justifica que tenham sido pagas, como foram porque era obrigação do Estado.

Também não há nenhuma informação, no caso concreto já não dos submarinos mas dos C-295, sobre qual foi o valor do acréscimo de custos resultante da alteração da data limite para a alteração do valor de base de locação e das componentes que determinaram o VBL, coisa que é analisada preliminarmente no Relatório do Tribunal de Contas n.º 21/2011, mas não tem nenhum eco no relatório. Não se percebe, francamente, porquê.

Portanto, há questões não respondidas.

Sr. Presidente, não sei se não seria melhor examinar primeiro esta questão...

A Sr.ª **Mónica Ferro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)*

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Está bem. Far-se-á segundo o que prefere. Mas é uma avalanche de perguntas e depois tem uma avalanche de respostas.

Em relação àquilo que chamámos «Erros e imprecisões», julgo que não há nenhuma razão, e até não destoaria do estilo que a Sr.^a Deputada escolheu, que o relatório desse conta a todos, designadamente ao Plenário da Assembleia da República e aos órgãos internos da Assembleia da República, de que nos deparámos com três problemas, todos eles importantes: as implicações da invocação do sigilo profissional de advogado, a invocação da qualidade de estrangeiro para fundamentar a recusa de depor, coisa que, na nossa opinião, não tem justificação e, então, em relação a arguidos de processos em curso na justiça portuguesa é uma invocação absolutamente abstrusa e infundamentada e devem ser considerados como incorrendo em desobediência, pura e simplesmente, o que deve ser comunicado à Procuradoria-Geral da República e, em alguns casos, julgo que até já foi pela Mesa... Ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu não queria interferir na sua apresentação, mas devo dizer que estes três pontos constam, todos eles, da carta que dirigi à Sr.^a Presidente da Assembleia da República há algum tempo. Ou seja, as dificuldades que a Comissão teve com advogados, ainda que os tenha ouvido depois e bastamente, mas, de facto, deparou-se com o problema do sigilo profissional, com a recusa da qualidade de estrangeiro e quando arguido em processo na justiça criminal e a questão da cooperação judiciária. Estas dificuldades foram transmitidas por mim, há algum tempo — não sei dizer quando, mas posso ver —, à Sr.^a Presidente da Assembleia.

Em relação àqueles que não compareceram perante a Comissão, o procedimento, como eu disse numa reunião anterior, é a comunicação também à Presidente da Assembleia para que, depois, haja sequência para os órgãos de justiça criminal. Essa comunicação também foi feita em relação a todas as falhas, que existiram, de comparência na Comissão. Esse procedimento está feito, independentemente de dever ou não constar do relatório. Estou a ouvir a opinião do Sr. Deputado sobre essa matéria.

Porém, do ponto de vista procedimental por parte da Mesa, ambas as coisas foram feitas, ou seja, foi dado conhecimento à Conferência de Líderes das dificuldades com que nos deparámos, através da Presidente da Assembleia, e foi também dado conhecimento, para prosseguimento ou não de atuação judicial, dos casos de não comparência, que podem configurar casos de desobediência.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, julgo que esse é o procedimento correto, mas se, porventura, a menção às diligências e a menção aos obstáculos puder ser feita, aliás, nos termos que o Sr. Presidente enunciou na carta, julgo que seria positivo e útil e, quanto a isso, não vejo que possa haver grandes obstáculos.

Segundo aspeto, neste capítulo «Erros e imprecisões», a técnica utilizada de listar documentos, francamente, não facilita a apreensão de três problemas: é que houve requerimentos respondidos e bem respondidos; houve requerimentos em relação aos quais nos disseram «tenham paciência, essa documentação não se encontra, pelo menos, na terra»; e houve requerimentos a solicitar documentos que ainda estamos à espera que sejam enviados. Portanto, há três rebanhos e não um, não é?

A técnica descritiva utilizada é um tanto aparatosa. Percebo que os serviços tenham trabalhado nesse sentido também, mas, francamente,

desnatar e separar os subagrupamentos ia ajudar-nos a perceber num relance o que foi recebido e o que não foi recebido, e não exige um grande esforço de visualização.

Na página 47 do projeto de relatório, usa-se a expressão «constrangimento». Francamente! Isto pode parecer muito picuinhas, mas não houve constrangimento nenhum, Sr.^a Deputada Relatora. A expressão «constrangimento» é um bocado esquisita, porque o que houve foi outra coisa...

Em relação à página 47, queremos apenas deixar uma nota, não queremos propor nenhuma alteração. Achamos que é um pouco exagerado dizer que «A Assembleia da República cumpriu, assim, a sua competência constitucional de vigilância dos atos do Governo e da Administração». Isto revela uma taxa de autossatisfação que, francamente, não podemos partilhar.

Entro, agora, em coisas que são complicadas do ponto de vista da interpretação do trabalho da Comissão e, portanto, dos depoimentos colhidos.

Há um erro no depoimento do Sr. Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Ele disse aqui que o contrato de manutenção dos EH-101 tinha sido feito pela Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas, mas não foi assim, foi negociado pela DEFLOC. Ora, isso atinge uma pessoa, o Diretor-Geral do Armamento, cujo filho trabalhava na AgustaWestland e que não teve interferência por isso mesmo, ou seja, porque teria sido uma violação das regras da Administração Pública. Julgo que é possível colmatar ou, melhor, superar este aspeto numa nota. Aliás, há uma nota de pé de página que cita o depoimento. É possível fazer o *rectius*, a correção, para não gerar... Porque nos inquéritos são importantes, as declarações que

se fazem aqui são levadas a sério no exterior e podem ter implicações graves.

Já na página 177, o texto omite, estranhamente, uma coisa que todos podem comprovar pela documentação que nos chegou. Entre 2002 e 2005, as administrações da DEFLOC não desenvolveram diligências para concretizar o contrato assinado em dezembro de 2001 entre o Estado e a DEFLOC, pura e simplesmente. Está demonstrado na documentação. Para um relatório que procura flores e grinaldas para meter no peito do Dr. Barroso e do Dr. Portas, não há razão para pôr um encharcado na cara dos infelizes que governaram antes!...

Na página 185 é a mesma coisa. A CPC era presidida, nesse período, entre abril de 2002 e março de 2005, pelo Dr. Brandão Rodrigues, que foi nosso colega aqui no Parlamento, mas que exerceu essas funções. O Dr. Brandão Rodrigues não desenvolveu diligências para tornar a tal lista de contrapartidas específica, a tal que o Sr. Deputado Lobo d'Ávila tradicionalmente carpe por não ter densidade e ter sido filho tardio de uma produção socialista e, portanto, forçosamente má, terrível, satânica.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Não chego a tanto!

O Sr. José Magalhães (PS): — O relatório não tem os dados sobre o facto de a Comissão não ter produzido esse trabalho e essa é uma questão de facto, está atestada nos documentos.

Na página 187, há a tal gralha concetual, em que se confunde *spread* com comissão. Julgo que essa gralha pode ser emendada facilmente, porque é mesmo gralha.

Sr. Deputada Mónica Ferro, ainda na página 187, a conta está errada. As comissões estão referidas em pontos-base e são 20 pontos-base. O Dr.

Carnall é que apareceu aqui a dizer que eram 100 pontos-base para se gabar de que tinha conseguido menos pontos-base — e já iremos à forma como não o conseguiu. Mas trocar 20 por 100 é uma coisa um bocado brutal. Francamente, esse ponto devia ser corrigido.

Também na página 187 é dito que o Estado teve prejuízo que decorre de se somar os pontos-base com a garantia bancária, que também custou vários milhões. É errado, porque a garantia foi suportada pelo fornecedor, como se vê lendo o contrato. Lendo o contrato, descobre-se que a garantia foi suportada, nesse caso, pelo fornecedor. Portanto, o Estado não gastou e os pontos-base não foram 100, foram 23. Ou seja, o relatório está contaminado pelo depoimento, neste ponto infecioso, do Dr. Carnall, que, das duas uma, ou é por erro ou é por deliberação, por vontade.

Já a página 188 esclarece, precisamente, o erro das contas. Os *spreads* que foram apresentados são os que estão descritos no documento que eu citei e, infelizmente, a Sr.^a Deputada não prestou nenhuma atenção ao depoimento, que, aliás, nem é considerado depoimento, do ex-Secretário de Estado da Defesa, José Manuel Mourato, que tem o cuidado de explicar tintim por tintim este ponto, o que, francamente, não merece menos respeito do que outras contribuições que nos foram apresentadas. E estas têm uma vantagem: explicam porque é que se conseguiram estes *spreads*.

Estes *spreads* só foram conseguidos porque o Banco de Portugal — portanto, não é mérito estritamente do Governo que estava em funções à data — manteve inalteráveis os rácios de solvabilidade dos bancos, porque os créditos eram equiparados a créditos do Estado e, portanto, tinham por definição uma cobertura de risco plena a 100%. Julgo que este não é um ponto que devesse merecer especial dúvida.

Também na página 189 está uma contaminação por um depoimento errado. A taxa verdadeira foi de 4,2% e não de 5%. Ora, como estamos a

discutir milhões, a diferença entre 4,2 e 5 — 0,8 — é significativa. Não se pode falar disto dizendo «são mais ou menos cinco milhões». Não, não! É que 4,2 é 4,2 e 5 é 5, e a diferença é de vários milhões pelo meio.

Em relação à página 190, é preciso verificar, nesta matéria, que este é um dos pontos em que a Comissão conseguiu, apesar da rapidez das inquirições, obter uma conclusão a que ninguém tinha chegado anteriormente. É a conclusão — que, aliás, deve ter consequências — de que o chamado, muito alegado e autolouzado leilão bancário se consubstanciou em indícios de favorecimento, e de favorecimento grave, do consórcio de que fez parte o BES.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Isso está na moda agora!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não é só estar na moda. É que, na verdade, tivemos aqui uma confissão, em direto, por um dos protagonistas de como as coisas se passaram e as coisas passaram-se de forma muito, muito patológica.

Primeiro, não é normal — isto está no documento conjunto — que se passem segredos de proprietários de uma entidade bancária a outra entidade bancária. Não é essa a função do Estado, não é? Ir ao Estado grego, sacar o segredo de como se fazem *swaps* sintéticos, passá-lo a um português que não tinha proposto nada desse tipo e, a seguir, este usá-lo.

Depois, ainda é mais inusual que esse consórcio consiga apresentar uma proposta que *all-in* é de, pelo menos, 28 pontos-base, ou mais, como o Dr. Carnall reconheceu, e a seguir, *a latere*, fazer-se um procedimento de uma mancomunação que permite a entidade em causa vir a apresentar 25, sendo certo que o faz por um método que pontapeia as regras dos contratos públicos. Portanto, este aspeto é muito grave.

Na página 192, faz-se uma espécie de anátema do *leasing*, que estava previsto na Lei de Programação Militar. Mais ainda, em 2006, depois dessa data, o Dr. Ayala recomendou ao Estado o *leasing* operacional dos C-295, e a razão é a óbvia, não tem de ser escondida: queria-se não fazer pesar no défice anual o montante de aquisição. Era só isso. Essa opção manteve-se até o Eurostat mudar as regras. A partir do momento em que mudam as regras...

Mais uma vez, a Sr.^a Deputada Mónica Ferro importou, de forma bastante acrítica, um depoimento infetado e, portanto, contaminou o relatório com o «ébola Carnall», por assim dizer.

Risos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — É uma doença!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sabe que quando falamos de maneira a que as pessoas que estão do outro lado percebam, normalmente, é melhor!...

Passando à página 219, cita-se um número errado — e é uma questão altamente especializada que demorei bastante tempo a perceber —, ou seja, cita-se um cálculo do prejuízo do Estado que é importado de um relatório. Só há um problema: esse relatório tem ele próprio um problema de cálculo. Isto é, esse relatório presume, para simplificar, que a taxa Euribor que foi prevista se desenvolveu no sentido da data em que foi feita a previsão e não na verdade da evolução real da taxa Euribor. Ou seja, em vez de subir, a taxa Euribor diminuiu e, aliás, diminuiu muito. Sendo assim, o prejuízo do Estado não foi o que está citado no projeto de relatório, foi menor, felizmente para todos nós, para o Estado e para os cidadãos.

Na página 283 é citado o contrato, mas não se analisa a consequência da aplicação desta cláusula do contrato. É que os submarinos foram fornecidos sem sobressalentes, o que embarateceu em 49 milhões de euros o preço do concorrente alemão, que assim se apresentou como o melhor preço, mas a verdade é que o Estado, depois, teve de pagar 49 milhões para ter os sobressalentes que não tinha obtido pelo pacote que comprou. É a mesma coisa que irmos comprar um carro, termos duas propostas, uma em que o carro tem pneus e a outra em que o carro não tem pneus, e nós comprarmos o carro sem pneus, que é mais barato.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Já há carros sem pneus!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Pois, mas não é o caso dos submarinos!... Os «pneus» dos submarinos custaram 49 milhões de euros e são os sobressalentes.

Assim, há propostas ganhadoras mais baratas, basta ir fazendo «*striptease*» de componentes e quando se chega ao fim do «*striptease*» está o submarino nu, que é mais barato. Ok, está bem!

Na página 297 está o regresso ao famoso *spread*, o tal que na folha de rosto era 19,6, que *all in* era mais de 28 e que, magicamente, foi transformado em 25. Este é um dos malabarismos mais fantásticos da operação do Dr. Paulo Portas em relação aos submarinos. Ecoar aqui o depoimento do Dr. Carnall é má ideia, porque estas contas estão puramente erradas.

Quanto às páginas 298 e 299, não sei se a Sr.^a Deputada Relatora quis fazer *copy and paste* e repetir as páginas 187 e 189 de propósito ou se não foi de propósito e, nesse caso, pode ser corrigido.

Já na página 300 temos a mesma questão, relativa ao *spread* e à *best and final offer*. A narração está puramente errada e omite o «instante Norton de Matos», o instante de mudança malabarística da taxa de 19,6 em 28 e de 28 em 25. Má ideia!

Na página 302 é a mesma questão: cita-se a testemunha e dá-se por verdadeiro o depoimento, o que é muito bom na ótica da responsabilização, mas é muito mau na ótica da verdade.

Na página 326 acontece a mesma coisa. Podem dizer «a testemunha disse que tinha obtido um relatório para fundamentar aqueles saltos», mas não é verdade ou, então, esse relatório não foi transmitido à Comissão. Os documentos que recebemos, e que nós analisámos, designadamente os que foram assinados pela subdiretora-geral do Orçamento, a Dr.^a Ana Leal, com conhecimento à Ministra de então, a Dr.^a Manuela Ferreira Leite, não analisam esse exercício malabarístico, limitam-se a dizer que aquilo dá a volta ao Eurostat, portanto, satisfaz os requisitos de não sobrecarregar o défice. Ou seja, o relatório é sobre outra matéria, não é sobre essa! Isto pode ser demonstrado facilmente, porque quando houver a publicação digital destes documentos todos — e estes, seguramente, ninguém considerará confidenciais — poderemos fazer um *link* para este documento, qualquer um clica e vê o que vimos já, que é o texto integral da carta, que não tem nada a ver com aquilo que neste relatório se trata.

Na página 327 cita-se a declaração do Dr. Ayala, mas essa citação está mal situada e enquadrada, porque o Dr. Ayala confirmou que também houve uma consulta bancária feita pelo seu gabinete a bancos — aliás, acabou por ser um banco português o escolhido para este efeito. Disse, também, que não sabia onde estavam os documentos, nem lhe cabia, aliás, especialmente saber, porque, que se saiba, nunca foram arquivados na Sérvulo & Associados, mas sabe-se quem são as pessoas — sabe-se quem é

o Dr. Rui Pena, sabe-se quem era o assessor dele, o Dr. José Ferreira Rodrigues — e, portanto, estes elementos são perfeitamente acessíveis. E, sobretudo — porque é isso que decorre um bocadinho do relatório, que faz uma comparação desprimorosa entre o lindíssimo leilão bancário do Dr. Portas e a ausência de um igualmente lindo leilão bancário do Governo socialista —, aqui não houve nenhuma coisa rocambolesca, ao contrário do outro; aqui não houve sumiço de documentos; aqui não houve pormenores estranhos, como um *spread* esquisito, em que ganha o que perdeu e perde o que ganhou! Portanto, são coisas diferentes.

Na página 334 do relatório, a Sr.^a Deputada teve a péssima ideia de fazer um juízo de censura às consequências de não celebração simultânea dos contratos de aquisição e manutenção em vários casos. Ignora o depoimento do General Chambel sobre esta matéria e tem dois critérios, porque em relação à Marinha não se importa nada que não haja contrato nenhum de manutenção nem sombra dele. As manutenções estão a ser feitas «à unha» e avulso, de resto, não é uma manutenção, são muitas, porque manter os motores *diesel* é uma coisa, mas manter as tais células é uma coisa totalmente diferente e, aliás, é feita em momentos diferentes, por empresas diferentes, etc. E não há um contrato-quadro para essa matéria pelas razões que o Dr. Ayala explicou.

Portanto, porquê ignorar o depoimento do Dr. Chambel? Quer dizer, neste relatório há filhos diletos da vitória e há omitidos, e não se percebe porquê: é general como os outros, depôs, explicou porquê... Não se percebe porque é que é «metido na gaveta»; uns generais ficam na «gaveta», outros, com holofote. Não se percebe.

Na página 335, em relação aos sobressalentes, volta-se a aludir ao facto de uns terem manutenção e de outros não a terem — filhos e enteados, não faz sentido.

Na página 336 refere-se uma questão muito importante deste inquérito: porque é que o Estado teve de pagar 64 milhões de euros a mais, de penalização, em 2004? E, para esta matéria, curiosamente, quando alguém tiver a pachorra de analisar as atas vai ver que foram encontradas explicações diferentes: inicialmente, apareceu uma e depois, no fim, apareceu outra, relacionada com o aumento dos custos dos materiais, do aço.

Felizmente para nós, quem quiser pode analisar, na *Internet*, as cotações do aço, não sei se desde o século XIX, mas no século XX, desde uma determinada data até outra, porque estão lá as séries estatísticas. É uma questão de ir ao sítio certo e de fazer as contas – há picuinhas que sabem fazer isso, eu, quando não sei, peço. Aqui, a conta está feita segundo um critério que não se percebe e a desculpa que o Dr. Portas inventou já foi, também ela, variando, ou seja, inicialmente era uma, por último parece ser outra. E nas emendas do relatório que a maioria apresentou à maioria - portanto, autoemendas - ainda aparece outra desculpa. Por isso, estou com uma curiosidade imensa - estamos todos, aliás – para saber qual a explicação que a Sr.^a Deputada Mónica Ferro vai dar sobre esta matéria.

A página 384 refere, outra vez, a questão de que uns têm contrato de manutenção e outros não têm, sendo certo que a manutenção dos submarinos vai custar um montante elevadíssimo no seu ciclo de vida. Se forem 30 anos, a 10 milhões de euros por ano, sabemos a conta; se forem 40 anos de vida, a 10 milhões de euros por ano, também sabemos a conta. Portanto, estamos a falar de dinheiro a sério. E não há o relatório técnico da Marinha, enviado ao Ministério da Defesa Nacional, que possa justificar o pagamento de 24 milhões de euros em 2010. Poderiam tê-lo procurado – diz respeito a um Governo do PS –, seria interessante e nós não temos duas medidas.

Por fim, nas páginas 343 e 344 repetem-se as páginas 300, 301 e 302, julgamos que por lapso.

Sr. Presidente, uma vez que se trata agora da apresentação, não vou fazer nenhum comentário às coisas que aqui disse *ex novo* a Sr.^a Deputada Mónica Ferro, mas reservava a palavra para esse efeito.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra à Sr.^a Deputada Relatora, e porque isto interfere, também, obviamente, com a nossa metodologia, há algo que eu queria dizer, confessando ao Sr. Deputado que só agora consegui fazer uma leitura mais detalhada e mais atenta das propostas que o Partido Socialista fez chegar ontem à tarde à Comissão.

É evidente que a Sr.^a Deputada Relatora o dirá, não me compete a mim dizê-lo, mas acho que, à partida, nas propostas do Partido Socialista há três situações diferentes. Ou seja, há propostas relativas a matérias suscetíveis de serem facilmente corrigidas, porque resultam de lapso ou de uma situação desse tipo; há outras em que o Sr. Deputado parece invocar - enfim, é só uma sugestão e não mais do que isso - o facto de a Relatora se ter baseado muito num depoimento, ignorando outros depoimentos que poderiam ser de sinal contrário, e, nestes casos, também não me parece muito difícil que os dois depoimentos pudessem ser incluídos e a conclusão caberá a quem os ler e, obviamente, à leitura política que cada um fará dessa matéria.

Outras propostas são mais críticas à leitura feita pela Relatora ou pelo relatório. Nestes casos, vai depender um pouco da Relatora aceitar ou não as críticas, porque elas não têm uma proposta de texto, não estão suportadas numa proposta de texto alternativa e isso pode, obviamente, constituir uma dificuldade.

O Sr. Deputado diz que, da leitura que faz, «concluiu-se A e dever-se-ia ter concluído B». E consegue explicar essa sua leitura, como é evidente – de resto, quem assistiu a praticamente todos os trabalhos da Comissão, como é o meu caso, consegue situar do que é que o Sr. Deputado está a falar, ainda que sem detalhe, e perceber quais são as leituras opostas –, mas não tem uma proposta concreta de alteração, do género: «onde se lê A dever-se-ia ler B». Portanto, dependerá um pouco da Relatora essa integração, a não ser que tivéssemos de voltar a uma reanálise dessa mesma matéria, o que neste momento exato não seria possível, mas enfim, ficaria à consideração da Comissão.

Penso que não fugi ao que está em cima da mesa, Sr. Deputado, situando um pouco a leitura que a Relatora fará do assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, queria fazer uma pergunta à Sr.^a Relatora.

Acabou hoje mesmo de chegar ao correio eletrónico de todos os Srs. Deputados da Comissão um importantíssimo documento da Empordef, relativamente ao financiamento dos helicópteros EH-101.

A pergunta que queria colocar à Sr.^a Relatora é se ela vai ter em consideração o documento importante que acabámos de receber, neste preciso momento, no correio eletrónico.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o documento, se chegou agora, será, no mínimo, integrado, como é evidente. Em relação ao resto, compete à Sr.^a Deputada Relatora responder.

Tem a palavra a Sr.^a Relatora, que responderá, em primeiro lugar, às propostas da maioria – que a Sr.^a Deputada, tal como eu próprio, integra,

ainda que na qualidade de Relatora não seja confundível com ela –, e, em segundo lugar, às propostas do Partido Socialista.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Presidente, vou começar por responder às propostas de alteração sugeridas pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, o que farei de uma forma menos palavrosa e adjetivada do que o Sr. Deputado José Magalhães faz.

Em relação ao aditamento do questionário indicativo, foi uma falha, de facto. É do Regimento da Assembleia da República anexar o questionário indicativo e, portanto, tenho mesmo de o fazer.

A segunda proposta é uma proposta de aditamento de texto, logo a seguir à página 355, salvo erro, em que se explicita a revisão do preço referida no contrato de aquisição...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Página 335.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Página 335, li mal, talvez. Isso vai, de todo o modo, dar resposta a um dos comentários do Grupo Parlamentar do PS. Estão aqui estipuladas as fases, as metas de progresso de conclusão de determinadas fases do trabalho, está, também, a data prevista para a meta de progresso e é aqui também, desde logo, referida — Sr. Deputado José Magalhães, desculpe estar a fazer-lhe uma referência agora, mas trata-se de uma questão que vai tocar-lhe já a seguir — a questão do atraso em 2010 e dos 24 milhões de euros que isso custou a Portugal.

A terceira proposta é uma proposta crítica dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, que entenderam que a descrição feita sobre o programa de aquisição de torpedos para os submarinos estava manifestamente insuficiente. Confesso que, lendo esta alteração, considero que o relatório

fica muito mais bem fornecido de explicações sobre esta matéria do que na versão que apresentei e, portanto, tenho a total disponibilidade para aceitar esta alteração, sobretudo porque inclui uma parte que tinha sido negligenciada, que são exatamente as questões que foram levantadas nas audições sobre a aquisição de torpedos. Faço *mea culpa* e é claro que aceitarei estas alterações.

Há duas propostas de aditamento de conclusões a seguir à conclusão n.º 34. Confesso que ainda há pouco, apresentando as propostas de conclusão, dei por falta destas duas conclusões. De facto, é fundamental que quem está a analisar este relatório e quem nos está a ver em casa perceba que o regime de contrapartidas associadas a aquisições militares terminou como nós o conhecíamos, mas que isso não significa que os contratos em execução não estejam salvaguardados. Aliás, esse é um ponto fundamental, porque nos permite discutir algumas negociações feitas posteriormente a 2011.

A aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego, atribuindo competências à Direção-Geral das Atividades Económicas para o acompanhamento, fiscalização e execução de contrapartidas, também é um dado fundamental para que se perceba não só que os contratos de contrapartidas não terminaram – terminam quando o último contrato em execução estiver terminado –, como qual é a entidade que passou a ter competências sobre esta matéria.

O quinto ponto resulta de uma dificuldade que me foi transmitida por mais do que um grupo parlamentar, no sentido de a minha sugestão de se anexar ao relatório o Relatório de Execução da Direção-Geral das Atividades Económicas, à data de 31 de dezembro de 2013, com o resumo das operações de contrapartidas, não ser eficaz. De facto, o que é eficaz é, no fim de cada contrato em execução, apensar o quadro-síntese do estado

de execução destes contratos de contrapartidas. Portanto, esta sugestão parece-me não só pertinente como muito útil.

Em relação às propostas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, Sr. Presidente, aceitá-las-ei todas.

Em relação às propostas de emendas e alterações ao projeto de relatório da Comissão de Inquérito aos Programas relativos à Aquisição de Equipamentos Militares apresentadas pelo Partido Socialista, não posso deixar de dizer, dirigindo-me ao Grupo Parlamentar do PS, que alguma da linguagem que aqui está é ofensiva e é ofensiva à minha pessoa. Portanto, não posso deixar de repudiar algumas das formulações que aqui estão feitas, mas não é isso que interessa agora.

Em primeiro lugar, em relação às perguntas não respondidas, Sr. Deputado, não se trata de perguntas não respondidas, elas não foram feitas; estas perguntas não foram feitas nesta Comissão.

A verdade é que quando pergunta sobre a taxa de juro efetiva - deve estar a referir-se à taxa implícita -, os relatórios dizem, e nós referimos, que é de 5%; o montante dos *progress payments* nunca foi perguntado na Comissão, não encontrei nas atas qualquer pergunta sobre esta matéria; o teor da nota de liquidação emitida em 2010 não foi pedido, não encontrei este documento no acervo da Comissão; o demonstrativo da evolução anual do custo global do *swap* nunca foi perguntado em audição, não tenho este registo de perguntas em audição; a troca de correspondência entre o MDN e a MFAP, a missão, nunca foi pedida, portanto, também não era material que eu tivesse em cima da mesa; e sobre os aviões C-295, nunca foi perguntado em audição.

Portanto, quando, há pouco, eu reiterava que a minha conclusão é a de que todas as perguntas podiam ter sido feitas, é claro que eu não posso responder por perguntas que não foram feitas. Não foram feitas, não

constam das atas, não constam dos depoimentos e, portanto, eu poderia ter extrapolado, mas acreditei que a minha função era ser Relatora desta Comissão.

Sendo assim, creio que este cabeçalho da proposta do PS deveria ser reformulado para «Perguntas não realizadas», em vez de «Perguntas não respondidas».

Antes de responder ao capítulo chamado «Erros e imprecisões», gostava de destacar apenas uma nota metodológica: eu não posso questionar a veracidade dos depoimentos que aqui foram prestados, posso, sempre que possível, contrapô-los e pôr um contraditório. Não posso questionar os depoimentos que aqui foram feitos e, portanto, não admito críticas como «afirmar acriticamente» ou «a beatificação». Isso não existe. Se os Srs. Deputados encontraram depoimentos sem contraditório, o que poderiam e deveriam ter feito era terem-me dado o contraditório, porque eu, de muito bom gosto, acrescentá-lo-ia, assim como vou fazer com várias propostas que o PS sugere.

De facto, gostava de dar nota que vi com muito agrado a chegada deste documento que o PS apresentou, porque revela que não só o relatório foi lido, como foi lido com olhos de ver. Como tal, fiquei bastante satisfeita e, devo dizer, vou aceitar a maioria das sugestões que fazem, porque melhoram o relatório e permitem ir ao encontro do meu objetivo inicial.

Em relação à primeira questão colocada, sobre os obstáculos ao sucesso da inquirição decorrentes de duas situações — o Sr. Presidente já se referiu a eles —, considero que é importante fazer um inciso. O texto que os senhores apresentam diz o seguinte: «São questões institucionais cuja relevância transcende a vigência da Comissão e que importa submeter aos órgãos da AR». Neste caso, se os Srs. Deputados do PS estiverem de acordo, eu substituiria «importa submeter» por «foram submetidas», uma

vez que o Sr. Presidente da Comissão deu conhecimento disto à Sr.^a Presidente da Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Foi no dia 2 de setembro, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Dia 2 de setembro.

Não sei se, do ponto de vista metodológico, é possível anexar a correspondência trocada, se ela ficará em ata, mas, se o Sr. Deputado aceitar esta ligeira alteração, colocando «foram submetidas», não tenho problemas nenhuns em aceitar toda esta formulação, pois acho que torna muito mais claro o relatório.

No que se refere à página 23, a técnica de listagem de documentos, que pedi aos serviços da Comissão, pareceu-me útil e bem-feita, mas reconheço que, se os documentos forem separados nestas três grandes *tranches*, será mais fácil fazer uma primeira análise. Aliás, essa sistematização já está feita e, portanto, é bastante fácil substituir a sistematização de documentos que eu tenho por esta sistematização e, creio, do ponto de vista do acesso e da leitura fica muito claro.

Na página 47, o Grupo Parlamentar do PS destaca a palavra «constrangimentos». Srs. Deputados, se tiverem uma palavra alternativa...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, não quero interferir, uma vez que o PS propôs e a Sr.^a Deputada aceitou, mas, ainda assim, talvez a ordem devesse ser esta: documentos recebidos; documentos existentes em arquivo; e documentos não encontrados. Dever-se-ia começar pelos documentos recebidos, porque, senão, teríamos a leitura inversa. Isto se o Partido Socialista aceitar, claro.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sim, sim, acho que a ideia é que sejam separados.

Como estava a dizer, na página 47 está escrita a palavra «constrangimentos», mas estou aberta a sugestões de outras formulações. Por exemplo, «obstáculos»...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Limitações!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Não tenho qualquer problema com a formulação «limitações».

Ainda quanto à página 47, e descontando o advérbio de modo, está escrito o seguinte: «A Assembleia da República cumpriu assim a sua competência constitucional de vigilância dos atos do Governo e da Administração». Eu compreendo que as conclusões possam não ter sido as que queriam, mas, de facto, a Assembleia desempenhou o seu papel e, portanto, não posso aceitar o que o PS refere, até porque não se trata de uma alteração, mas, sim, de uma crítica da vossa parte que não tem sugestão e que me acusa de má consciência. Mas não tenho problemas em relação a isso.

Quanto à página 175, o Sr. Deputado tem toda a razão e a afirmação foi corrigida mais adiante. De facto, não é «Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas» é «DEFLOC». Também esta sugestão será aceite em nome do rigor, nada tem que ver com filiações ou com putativas empresas envolvidas, e isso não é relevante para nós.

Em relação à página 177, a frase que os Srs. Deputados incluem no vosso documento não está incorreta, mas não está totalmente correta, porque, de facto, quem fez estas diligências não foi a DEFLOC, foi o Governo; era ao Governo que cabia a realização destas diligências e não à

DEFLOC. Portanto, não me constrange incluir esta referência, mas salvaguardando que foi o Governo que o fez. Sendo assim, também esta correção me parece perfeitamente aceitável.

Quanto à página 185, esta referência, que se podia transformar numa alteração, não a posso aceitar, até porque resultou muito claro destas audições que não era o Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas o responsável pelas contrapartidas até à assinatura do contrato em 2004. Quem tinha essa responsabilidade atribuída, através de resolução do Conselho de Ministros, era a Comissão do PRAS. Não colhemos esta correção, porque não está correta.

No que diz respeito à página 187, tem toda a razão, Sr. Deputado. Resulta de se usar 30 pontos, 0,3, 3%... Tem toda a razão e substituir-se-á «três pontos» por 30 pontos-base ou 0,3. Faz todo o sentido.

Quanto à segunda referência que faz à página 187, não posso corrigir a citação porque não se prova que foi um lapso. De facto, foi o que a testemunha disse e nenhum dos grupos parlamentares perguntou à testemunha se isto era verdade ou não.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Eu insurgi-me imediatamente contra isso tudo, aliás, com larga vozeria. E nesta matéria a conta, por exemplo, está errada. Ou seja, qualquer um, refazendo o percurso, verifica... Aliás, ainda agora a Empordef nos mandou um documento sobre o leilão bancário dos helicópteros que é concludente e que deveria ser citado, incorporado, porque resolve o famoso mistério do que se fez e até tem um memorando histórico anexado ao texto, portanto colmata uma lacuna, um dos buracos negros da investigação.

Neste caso, dar essa conta como correta significa que a Assembleia da República valida o testemunho e aceita o cálculo como seu, o que devo

dizer que é extraordinário. Se dissesse que seis e seis são quinze, não éramos obrigados a aceitar essa conta, não é?

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Deputado, não vi o seu contraditório, nem o seu pedido de esclarecimento. Confesso-lhe que, ao ler a ata, não o encontrei. Se me diz que lá está, tenho todo o gosto em ir buscá-lo e pô-lo em contraditório no relatório, portanto, assumo esse compromisso perante a Comissão.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — O que estou a dizer é que, em nota de pé de página, tem de anotar, pelo menos, a controvérsia sobre esse montante, pois, caso contrário,...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Exatamente! É o que eu estou a dizer.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — ... dir-se-ia que a testemunha é a *vox* parlamentar.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — É exatamente o que lhe estou a dizer, Sr. Deputado. Se assim foi, assim será.

Ainda quanto à página 187, onde se pode ler que «A garantia foi suportada pelo fornecedor e não pelo Estado. Os pontos-base totais cifraram-se em 23», o PS diz, mais uma vez, que «Espelha contaminação do relatório por erro involuntário ou deliberado da testemunha». Isto não é verdade. O que está no contrato é exatamente o que a testemunha diz, e é uma garantia que a DEFLOC tem de pagar, não é o Estado; quem suporta a garantia é a DEFLOC e não o Estado.

Relativamente à página 188, depois da extensão enorme de referências que faz, Sr. Deputado, acho muito bem que se inclua o testemunho de José Manuel Mourato, que nos chegou por carta, pois não foi ouvido nesta Comissão. Aliás, acho que ninguém pediu para ele ser ouvido...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Pedimos e foi recusado!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Já foi no fim do prazo, quando já tinha sido prorrogado o prazo e já se tinha decidido tacitamente que não haveria audições.

De todo o modo, como temos um depoimento escrito do ex-Secretário de Estado da Defesa e ex-Presidente da Empordef, vamos incluir os pontos 10 e 11 do depoimento escrito como contraditório no relatório.

Na página 189, a mesma metodologia, sugerida pelo Grupo Parlamentar do PS, vai ser seguida. De facto, o Sr. Dr. Bernardo Carnall falou em 5%, o José Manuel Mourato falou em 4,2%...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr.^a Deputada, se me permite a interrupção, ele fala dessa percentagem dizendo «é do género 5%». Compreende?

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sim, sim. Claro!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É uma linguagem que compreendo em termos de referência, porque, de facto, está na zona dos 5%, mas não é 5%. Felizmente.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — É exatamente isso que lhe estava a dizer.

O Sr. **Presidente**. — Sr. Deputado, quanto a isso, é como está a dizer a Sr.^a Relatora, ou seja, é incluir no relatório: «Segundo informação escrita que chegou à Comissão, o valor exato é de...».

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Eu disse ao Sr. Deputado imediatamente que sim.

Quanto à página 190, não vou poder aceitar a sugestão, ou alteração, porque tem considerações que são totalmente inaceitáveis. Não só referimos esta questão mais adiante no relatório, como não posso subscrever esta ideia que o Grupo Parlamentar do PS considera evidente, aliás, repudio-a totalmente, pois não há porosidade entre o MDN e o consórcio.

O que aconteceu, como os Srs. Deputados muito bem sabem — esta questão foi falada aqui — foi que, quando o Estado português teve informação Estado a Estado, declarou aos bancos concorrentes e aos fornecedores, numa reunião em Londres, a famosa reunião em Londres...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Da qual não se encontra a ata!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Não há ata! Foi uma reunião de negociação e de troca de impressões. Não há atas, não era um órgão colegial que se reunia. Mas a reunião é pública, todos nós sabemos da existência desta reunião, portanto, ela foi declarada. E mais: sabemos o que se passou nesta reunião, embora não haja ata. Os próprios intervenientes na

reunião falaram-nos dela. Que não se aproveite o facto de não haver ata, porque não era suposto haver ata, não era um órgão colegial.

O Estado português apenas obteve a informação Estado a Estado, transmitiu-a aos intervenientes na negociação, na esperança, é claro, de obter melhores condições negociais. Nada disto é secreto, nada disto é oculto e, sobretudo, esta frase do PS que remete para a porosidade entre o MDN e o consórcio causa-nos bastante estranheza.

Na página 192, eu cito, de facto, o Dr. Bernardo Ayala, acrescentando o Grupo Parlamentar do PS o seguinte: «A importação acrítica de uma tese da testemunha é inaceitável e desprovida de fundamento». De facto, a metodologia que segui foi a de tomar os depoimentos como bons, aliás, os depoentes eram informados que incorreriam em perjúrio se aqui prestassem informações falsas — Sr. Presidente, não é este o termo, eu sei — e que estavam obrigados ao dever de dizer a verdade perante esta Comissão.

Sendo assim, aceito acrescentar um contraditório a esta afirmação do Dr. Ayala se o Grupo Parlamentar do PS me disser qual é a testemunha que contradiz o Dr. Bernardo Ayala.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, está-se a provar que a mediação é a melhor solução.

O Sr. **Presidente**: — Quando necessária!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Agradeço-lhe o facto de me ter autorizado esta interrupção.

Sr.^a Deputada, não é preciso mais nada senão o que aí está. Ou seja, é um facto histórico que, em fevereiro de 2006, o consultor, o Dr. Bernardo

Ayala, recomendou ao Estado o *leasing* operacional do C-295, recomendação que foi seguida e que era autorizada pela Lei de Programação Militar.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sim!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — São factos tão sólidos como estar aqui o microfone à minha frente!... Como tal, não é preciso suportar, em nenhuma testemunha, esta afirmação de facto que está documentada na papelada que temos. Enfim, é isto que aqui está, o objetivo era registar o momento do pagamento, isto é, a renda, que, obviamente, era de um quantitativo diminuto em relação ao volume total, e não despejar no défice do ano em causa todo o preço da aquisição. Era esta a razão da opção pelo *leasing*, na Lei de Programação Militar, sufragada por uma maioria alargada.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Portanto, o que o Grupo Parlamentar do PS sugere é retirar a interpretação que está a partir de «C-295»?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, ou seja, é nesse inciso que diz «Em fevereiro de 2005, o Dr. Bernardo Ayala recomendou ao Estado o *leasing* operacional do C-295. O objetivo era registar (...)», e se regista uma observação que é uma observação puramente crítica, porque se trata da importação acrítica da tese da testemunha, inaceitável e desprovida de fundamento.

O Sr. **Presidente**: — Ou seja, pretende a inclusão do facto, retirando aquilo que faz parte da opinião, e todas as partes de opiniões...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Claro! Essa é instrumental!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Mas é um facto reiterado!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, quero só dizer uma coisa, de resto, já estava para falar no ponto anterior, mas não falei.

Acho que a leitura que cada um fez das declarações que ouviu, sobre se elas representam ou não fatores de porosidade, de cumplicidade, seja o que for, permita que lhe diga, Sr. Deputado José Magalhães, é um juízo opinativo e de leitura política. Portanto, cabe a cada um dos grupos dizer «eu concluí isto ou concluí aquilo», e concluíram, provavelmente, nem sempre coisas coincidentes, mas isto não tem a ver com a factualidade. Refiro-me ao ponto anterior.

Neste ponto, da página 192, trata-se da inclusão daquilo que é factual — se é que é factual, Sr.^a Deputada Relatora, pois não tenho, sequer, memória nem fui eu que estive a ver ou a rever as atas —, obviamente, sem incluir, a seguir, aquilo que é uma opinião crítica do Partido Socialista.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Muito bem, Sr. Presidente, mais uns minutos e já confiro esta questão.

Quanto à página 219, confesso que esta proposta é a mais difícil de ler. De facto, a fonte citada não é o Relatório n.º 28/2011, nós citamos, creio, os Relatórios n.ºs 21/2011 e 23/2011. Aquilo que o Grupo Parlamentar do PS quer é ver uma referência explícita às contas feitas no Relatório n.º 28/2011, ver os cálculos feitos...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, a solução para essa charada está no parágrafo em que se diz que o Tribunal de Contas utilizou a previsão da Euribor a 6 meses com base em taxas *forward*.

As taxas *forward* são aquelas que são previstas num determinado momento como visão de um futuro possível. No dia 31 de março de 2011, a previsão dada pela banca — é uma previsão que se pede à banca e dão-nos um papel com uma lista sobre qual vai ser a taxa Euribor daqui a 15 anos (por mais extraordinário que pareça, é assim mesmo que se trabalha, com uma previsão a 15 anos, e há quem o faça, felizmente e infelizmente) — era de uma subida até quase cerca de 5%, mas a previsão não se confirmou. Isto é, enquanto a taxa Euribor, dada pela banca em 31 de março de 2011, previa uma subida até quase cerca de 5%, aquilo que aconteceu foi uma descida até 1 ponto e qualquer coisa.

Portanto, a conta está errada, está normalmente errada, ou seja, não se pode lançar pedra nenhuma a quem fez essa conta naquele momento, porque a fez com os dados de previsão *forward*, a previsão para os anos futuros. Obviamente, como nós estamos a escrever, sob nossa responsabilidade, em 2014,...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Já apurámos os factos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — ... já sabemos como é que foi a taxa, historicamente, e há uma sequência, uma série estatística fornecida pela mesma fonte, que nos explica que o agravamento de juros foi o que está no último parágrafo, resultante dessa conta, ou seja, $303,3 - 233,4 = 70$ e $98 - 70 = 28$ milhões de euros. Portanto, é esta a conta! Ou seja, é errado dizer o que era correto, aspas/aspas, face ao estado de conhecimento.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Far-se-á essa atualização, Sr. Deputado.

Confesso que nunca achei que uma especialização em Economia Internacional me desse tanto jeito, neste momento.

Passamos para a página 283.

Sr. Presidente, deixe-me só fazer aqui uma pequenina nota. Vou apelar à generosidade do Partido Socialista no sentido de me darem umas horas para poder, com os serviços da Comissão, incluir todas estas alterações. Precisamos de umas horas para isto, certo?!

O Sr. **João Semedo** (BE): — E quando é que votamos o relatório?

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Votamos agora, as inclusões estão feitas.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Era só o que faltava!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, acho que votamos no final dos trabalhos. Se houver dúvidas sobre a inclusão ou não inclusão ou sobre a forma de inclusão, teremos de votar mais tarde — digo eu.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Mas não há dúvidas, é uma questão de ir buscar estas contas ao relatório de 2011 e de as plasmar neste relatório. Tão simples quanto isto!

O Sr. **Presidente**: — No que está aceite, e desde que o Partido Socialista não se oponha, não há dúvida; o que não está aceite, teremos de votar, e, no final, teremos de votar o relatório.

Faça favor de prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Passamos à página 283.

A questão da indivisibilidade, que está aqui referida — «(...) pode prescindir da referida unidade e indivisibilidade (...)» —, tem a ver com os submarinos, tem a ver com cada um dos submarinos e não com as peças sobressalentes.

A questão das peças sobressalentes e da manutenção é analisada mais tarde, no relatório. E, de facto, o que aconteceu na altura foi que se deixou para o futuro a inclusão de algumas peças sobressalentes, pois, na política de *pooling and sharing* da NATO, havia a possibilidade de essas peças poderem resultar exatamente dessa atividade de *pooling and sharing* e, na altura, a Marinha concordou. Este é o motivo pelo qual, numa primeira fase, não está incluída a questão das sobressalentes.

Quanto à página 297, o PS refere que «A narração erige em verdade oficial e logo branqueia um depoimento que autoresponsabiliza a testemunha pela prática de um ato que fere regras básicas de contratação pública», mas não é verdade. Não é verdade que fira as regras públicas. A verdade é que esta metodologia foi questionada pelo Tribunal de Contas, foi defendida pelo Ministro Severiano Teixeira e foi aceite como boa pelo Tribunal de Contas.

Em relação ao facto de a página 298 ser igual à página 187, Sr. Deputado, foi apenas para ficar mais claro. Era-nos útil usar o mesmo argumento num sítio e noutra, até porque sabemos que algumas pessoas consultarão o relatório por contratos, por capítulos, e não lendo-o de uma assentada e, portanto, quisemos que cada análise de contrato ficasse o mais completa possível. É esta a única explicação.

Relativamente à página 300, colocam, mais uma vez, a questão de eu acolher a narração da testemunha e de a ter como boa. Mas, de facto, não foi esta a única testemunha a dizê-lo, foram várias testemunhas. Não havia o que aqui diz, isto é, «vícios procedimentais graves confessados pelo ex-Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional». Aliás, esta metodologia foi considerada legítima pelo assessor jurídico da Comissão, foi defendida pelo próprio Ministro Severiano Teixeira e foi aceite pelo Tribunal de Contas.

Relativamente à página 302, referem que «O projeto de relatório cita a testemunha: ‘nós identificámos que poderiam vir a existir custos potenciais não incluídos no *spread all-in*, e que fariam ultrapassar a proposta do segundo concorrente. (...)’». E, depois, os Srs. Deputados dizem: «não extrai a conclusão necessária: o concorrente colocado em n.º 1 ficou em n.º 2 (...)»...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Peço desculpa pela interrupção, Sr.^a Deputada, mas estava aqui só a confirmar um aspeto.

Não percebo a observação da Sr.^a Deputada sobre o ponto anterior, porque «mete ao barulho» um ministro muito posterior à celebração deste contrato e muito posterior ao procedimento. Ou seja, o momento em que o Dr. Carnall faz a sua aparição neste processo e o momento ulterior em que o Dr. Severiano Teixeira intervém são dois períodos históricos totalmente diferentes. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Não, nem vai ser aqui anexado, era só para lhe garantir que esta questão dos vícios procedimentais graves foi posteriormente tratada, junto do Tribunal de Contas, e não foi acolhida como procedente. O Tribunal de Contas não considerou que tivesse havido

vícios procedimentais graves nesta matéria, pelo que essa é a nossa sustentação para não partilhar da sua leitura deste tema.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr.^a Deputada, o Tribunal não teve a possibilidade, que nós tivemos, de assistir, verdadeiramente, em direto e ao vivo, à descrição do procedimento. Acho que fomos os primeiros a ver aquele número, o número 19,6 que se transforma em 28, o número 28 que, subitamente, se transforma em 25 e, finalmente, ganha.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — E, portanto, aqui, a sugestão é a de que eu considere que o valor da narração da testemunha é superior a um visto do Tribunal de Contas?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — A Sr.^a Deputada não citou o visto do Tribunal de Contas!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — É citado adiante, nas peças seguintes.

Quanto à página 302, discorda de essa ser a conclusão necessária, mas o que acabou por se verificar foi que, por ação do Secretário-Geral, se impediu que essa conclusão fosse verdadeira.

Na página 326...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada e Sr. Deputado José Magalhães, penso que nestes dois casos, estamos, outra vez, um bocadinho no domínio das conclusões.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sim, são as testemunhas.

O Sr. **Presidente**: — Ou seja, o que é necessário é que esteja a descrição de tudo aquilo que a Comissão ouviu e apurou e, sobre isso, tivemos aqui, obviamente, e logo nessa mesma reunião, duas leituras, tanto quanto me lembro, isto é, uma leitura que dizia «mas não, então, isso não poderia ter sido feito» e outra leitura que dizia «sim, senhor, essa foi a melhor opção e a que melhor protegeu o interesse». Mas estas leituras são leituras de conclusão do que nos foi descrito e o Sr. Deputado José Magalhães tem razão quando diz que houve detalhes que não eram conhecidos ou que não eram públicos e que se tornaram mais perceptíveis. No fundo, é um bocadinho isto que está em causa.

Queira prosseguir, Sr.^a Deputada Relatora.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas na página 326 há outra coisa, que é a alusão a um documento que, pura e simplesmente, não existe, ou seja, não nos foi... E o desafio é fácil, é ir ao acervo da Comissão, encontrar o relatório da Subdiretora Ana Leal e verificar que ele diz o que digo que ele diz e não tem qualquer relação com o problema colocado pelo Dr. Carnall, que é outro.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — O problema que é colocado em relação à alteração da página 326, concretamente a esta citação, quando se fala do tal documento que é enviado, em 2004, para a Dr.^a Ana Leal, de facto, do que esse documento nos dá conta, do que esse relatório nos dá conta é exatamente de que havia documentos que estavam aqui em causa.

Esta citação surge na sequência de uma pergunta sobre documentos eventualmente desaparecidos da Comissão e, portanto, para nós, o valor útil é apenas o de dizer que aqueles documentos na altura existiam. Portanto,

não tentamos tirar aqui conclusões sobre o *swap* sintético, a análise não é essa, é apenas a de dizer que, na altura, os documentos existiam e não aquela que o Sr. Deputado daqui tenta retirar.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Peço desculpa, Sr.^a Deputada, mas o documento que o Dr. Carnall dizia que existia não existe. Pode ser confusão dele, ou seja, ele sabe que havia um documento, a 10 anos de distância, ele sabe que havia um documento, mas, quando nós pedimos, e obtivemos o documento — felizmente, nesse caso, obtivemos —, verificámos que, em vez de se pronunciar laudatoriamente sobre o *swap* sintético, os termos concretos do *swap* sintético negociado, limita-se a pronunciar-se sobre as vantagens, na ótica do Eurostat, daquela solução, e não sobre a solução, ela própria. Isto é um facto completamente objetivo, não faço guerra nenhuma, não fazemos guerra nenhuma quanto a esse aspeto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não sei, mas o documento, em concreto, é localizado ou não há a certeza de que seja aquele a que...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É, está aqui!

O Sr. **Presidente**: — E é aquele documento em concreto? Não há hipótese de haver um outro?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ah! Ouça, se há outro...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Não nos chegou.

O Sr. **Presidente**: — Então, se calhar, importa dizer que, dos documentos localizados, é isto, não é?! E faz-se referência ao que está...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Só se localizou aquele, não se localizou outro.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sim, pode colocar-se em nota de pé de página. Aceito esse esclarecimento em nota de pé de página, até porque está nas listas dos documentos não encontrados.

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr.^a Deputada, é a sua expressão: «Os documentos com o teor mencionado pelo ex-Secretário-Geral não foram encontrados». Era esta a frase a que me estava a referir, ao dizer localizou-se este, que a Comissão tem, e não qualquer outro que, como o Sr. Deputado refere aqui nas suas propostas, corresponda ao teor mencionado pelo ex-Secretário-Geral. Era com esta leitura implícita que lhe estava a fazer esta referência.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É isso.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sim, inclui-se uma frase com esse teor.

Na página 327, mais uma vez, cito o Dr. Ayala. Na proposta do PS diz-se que «A pista não foi explorada, mas o assessor em causa (...)». Ora, não sabíamos quem era, na altura não nos foi dito quem era o assessor em causa. Ficámos a saber que era o Dr. José Ferreira Rodrigues. Mas, de facto, não posso trabalhar com suposições.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr.^a Deputada, se me permite, chegou agora, como o Sr. Deputado Jorge Machado referiu, um ofício da Empordef do qual consta a descrição milimétrica dessa operação de consulta e que tem até em anexo um memorando que historia como se chegou... Não tive tempo de ler o documento todo...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Pois, esse era útil.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Podemos sempre fazer uma diligência junto do BPI para obter a carta-convite. Não tem dificuldade nenhuma.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Será que existe?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Existe de certeza. Tal como o Deutsche Bank nos forneceu a carta deles, seguramente os que não faliram podem fazê-lo também.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos de registar a documentação que chegou hoje e fazer-lhe menção.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Exatamente.

Portanto, uma vez que a documentação que chegou hoje se refere a esta questão específica, acrescenta-se uma referência a que chegaram documentos da Empordef que permitem também fazer uma análise sobre esta matéria.

Não me vou pronunciar sobre os considerandos que estão a *bold*.

Em relação à página 334, diz-se: «Renova-se um juízo de censura às consequências da não celebração simultânea de contratos de aquisição e manutenção. Neste caso, ignora-se o depoimento do General Chambel sobre este preciso tema».

Sr. Deputado, irei à audição do General Chambel retirar exatamente uma citação sobre esta matéria, porque, de facto, ela está vertida no relatório e isso é dito amiúde. Aliás, uma das conclusões que tirei desta Comissão foi a de que a não celebração simultânea dos vários contratos prejudicava o interesse do Estado português. Portanto, assim será feito. Esta proposta é aceite.

Depois, na página 335, há esta referência: «Durante várias audições foi levantada por diversas vezes a questão da manutenção e dos sobressalentes, na sequência das várias críticas dirigidas à falta de um contrato de manutenção para os helicópteros EH-101».

De facto, a Marinha tinha um contrato de manutenção, está previsto no clausulado e era até alvo de contrapartidas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr.^a Deputada, a Marinha não tem contrato de manutenção.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Mas estava previsto no clausulado. O que lhe estou a dizer é que havia a previsão de existir um contrato de manutenção, que até previa que a manutenção dos submarinos fosse feita no Alfeite.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, mas explicaram-nos porque é que isso era «inconcretizável». É que ninguém consegue ter, com dois meros submarinos, a capacidade de fazer, por exemplo, a aplicação do

know-how proprietário sobre como é que se faz a manutenção de células de fuel, que são, aliás, um segredo comercial e industrial, e portanto, só podíamos, quanto muito, limpar os cascos e fazer algumas operações de apoio. Isso está descrito abundantemente nos autos.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Deputado, isso é substancialmente diferente de não ter tratado da questão da manutenção. Portanto, não vamos aceitar este ponto.

Em relação à página 336, a proposta do PS refere que «Cita-se acriticamente a descrição do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional sobre o acréscimo de 104 milhões pago pelo Estado (...) Esta narração nada explica (...)». Sr. Deputado, o PSD e do CDS incluíram um ponto exatamente sobre esta matéria para explicar toda a questão da atualização de preços e desta negociação.

Sobre a página 334: «Refere-se que 'Durante várias audições foi levantada a questão da manutenção e dos sobressalentes (...)»'. É a mesma questão referida anteriormente, aliás, é exatamente a formulada anteriormente.

Quanto à página 336, pergunta-se: «Onde está o Relatório Técnico da Marinha (MAF - Missão de Acompanhamento e Fiscalização) enviado ao Ministério da Defesa Nacional (...)?» Não o tenho, porque ele nunca foi pedido.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Este não chegou, não foi destacado.

Por fim, há uma menção a repetições de páginas. Sr. Presidente e Srs. Deputados, a ideia foi a de, mais uma vez, enfatizar questões. São páginas que estão apenas a programas diferentes e, portanto, embora possa tornar a leitura mais maçadora, para nós resulta mais clara esta metodologia para se poder destacar a análise de cada programa e ver cada um isoladamente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como é que podemos prosseguir neste momento?

O documento apresentado pelo Partido Socialista faz referência a um outro documento, Relatório Viciado, Inquérito Inacabado (penso que será este o título), mencionando que «se dá por inteiramente reproduzido nesta sede». Esse documento, tanto quanto sei — unicamente de leituras feitas na comunicação social, e ainda muito limitada, porque tenho estado aqui —, terá sido apresentado hoje de manhã e, portanto, terá de ser feito chegar a qualquer momento para que se possa dar por reproduzido, uma vez que não é possível dar por reproduzido ontem, às 17 horas, um documento que terá sido apresentado, elaborado ou anunciado hoje de manhã.

Portanto, procurando ser rigoroso nesta matéria, trata-se de uma dificuldade objetiva. De facto, não era possível na altura da entrada deste documento, ontem, às 5 horas da tarde, dar por reproduzido um outro documento que, tanto quanto sei, terá sido apresentado hoje de manhã e do qual eu, ou, melhor, a Comissão (o facto de eu não ter conhecimento seria, neste caso, irrelevante) não tem, até este momento, conhecimento. Mas, seguramente, os subscritores deste documento fá-lo-ão chegar e ele será incluído em momento oportuno.

Em relação às respostas da Sr.^a Relatora, seguindo a lógica da velha história infantil do «ou é menino ou é menina» que nos contavam quando éramos crianças, se «é menina» não há problema nenhum, está resolvido —

é o caso das propostas feitas pelo Partido Socialista Democrata e pelo CDS-PP. Neste caso, as propostas estão aceites, serão integradas no relatório, não há problema nenhum, não temos de continuar a discutir essa matéria, independentemente de eu dar a palavras aos Srs. Deputados.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, é que, sobre essa matéria, acho que valia a pena...

O Sr. **Presidente**: — Dar-lhe-ei a palavra, depois. Agora, estou só a situar a nossa metodologia de trabalho

Em relação às propostas do Partido Socialista, a Sr.^a Relatora não aceitou, ou pelo menos não aceitou com a formulação feita, o primeiro capítulo – Perguntas não respondidas –, porque, segundo disse a Sr.^a Deputada Relatora, logo à partida não se trata de perguntas não respondidas mas, sim, de perguntas não efetuadas. Neste caso, a doutrina volta a divergir, segundo a velha história do «ou é menina, ou é menino», porque há quem entenda que não foram efetuadas mas que podiam ter sido efetuadas e não o foram; há quem entenda que seriam precisas novas diligências ou novas audições para que algumas delas pudessem ter sido efetuadas. Trata-se de uma questão de divergência política óbvia.

Portanto, este capítulo não está aceite, pelo que, em minha opinião, teremos de votar.

Quanto ao resto, procurei numerar as propostas do Partido Socialista, uma vez que elas não estão numeradas, estão indicadas só por página — temos cerca de 29 propostas. Penso, e peço o acordo do Partido Socialista para esse efeito, que, não tendo havido consenso, as propostas que se reportam a uma crítica...

Sr. Deputado José Magalhães, julgo que seria útil ter a sua atenção neste momento. Quando o Sr. Deputado diz que o relatório repete páginas e a Sr.^a Deputada Relatora diz que «repete, sim senhor, mas essa é a minha intenção», nesse caso, o Sr. Deputado não insistirá na alteração, não teremos de votar essa matéria.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, salvo melhor opinião. Em relação às correções relativas ao princípio do contraditório ou a gralhas, etc., a Sr.^a Deputada já declarou que as aceita,...

O Sr. **Presidente**: — Estava só a fazer a enumeração.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — ... o que significa que não haverá votação nenhuma, não é?

O Sr. **Presidente**: — Certo!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Nas outras tem de haver.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Em relação às outras também não tem de haver votação pela razão muito simples de que são pontualizações críticas.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Muito bem.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — São, no fundo, a redação, a colocação por escrito de questões que eu ou qualquer um de nós poderia

colocar oralmente no processo de debate. Portanto, pura e simplesmente, não devem ser submetidas à votação.

Em relação à proposta da maioria, às autoemendas, gostaria de fazer algumas observações.

O Sr. **Presidente**: — Certo, Sr. Deputado, mas essas observações serão feitas, uma vez que não teremos votação sobre esta matéria...

Seguindo a ordem dos pontos apresentados pelo Partido Socialista, foram aceites os pontos 1, 2 e 3; não foi aceite o ponto 4, sobre se a Assembleia cumpriu ou não, e de que a Sr.^a Relatora entende não prescindir. Trata-se de uma observação crítica e até de avaliação dos trabalhos da Comissão em geral; também foram aceites os pontos 5 e 6; o ponto 7 não foi aceite, porque a competência era do Governo e não do Presidente da Comissão de Contrapartidas, aliás, com esta ressalva a Sr.^a Relatora aceitá-lo-ia; os pontos 8 e 9 foram aceites, mas não o ponto 10; depois, os pontos que se seguem foram também aceites, mas o ponto 15 não, que tem a ver, no fundo, com as duas interpretações diferentes.

Portanto, a generalidade dos pontos foram aceites. Temos só a questão das propostas que respeitam à alteração do valor do leilão, em que há duas leituras diferentes sobre essa mesma matéria. Quanto ao resto, a maioria das propostas foi aceite, aliás, tomei nota de quais os pontos que foram aceites e que não foram.

O Sr. Deputado José Magalhães pede a palavra para se referir neste ponto, mas vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Prôa, que a tinha pedido antes.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, fiquei com uma dúvida. O Partido Socialista apresentou um documento com propostas de

alteração ao relatório. A Sr.^a Relatora teve ocasião de assinalar que incorporaria um conjunto, que considero alargado,...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Muito alargado!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — (PS): — ... de propostas de alteração do Partido Socialista. Nesse sentido, a intervenção do Sr. Deputado José Magalhães suscita uma dúvida. As que não foram aceites, ainda assim, são também elas propostas de alteração, ou não?

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — São comentários, notas!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — É que se umas são propostas de alteração e outras não são, isso não resulta claro deste documento.

De qualquer modo, pode dar-se a coincidência de todas aquelas que foram aceites pela Sr.^a Relatora serem propostas de alteração e todas as outras que não foram aceites serem apenas comentários e, por isso, não serem submetidas à votação.

Sr. Presidente, como, de acordo com a ordem dos nossos trabalhos, o que está em causa é a aprovação de um relatório e a apreciação e votação de propostas de alteração, é nesse domínio que me mantenho. Portanto, não entendo e gostaria que ficasse claro se o Partido Socialista não coloca à votação estes comentários, se quiser utilizar essa terminologia, que, ainda assim, não é rigorosa, em função da nossa ordem de trabalhos. É isso que resulta da intervenção do Sr. Deputado e era isso que eu gostava de compreender.

Pergunto, então, se o PS não retira essas propostas e se não vamos votar este conjunto de propostas de alteração, porque é assim que as entendo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, uma vez que houve uma interpelação metodológica sobre a condução dos trabalhos, devo dizer que podemos sempre voltar a levantar as questões, mas, de facto, não fiz essa interpretação do que foi dito até agora.

A minha interpretação, como eu disse no início da discussão deste ponto, foi a de que o Partido Socialista tinha três tipos de alterações ou de considerações: umas diziam respeito a questões de mera gralha fatural; outras eram sobre questões em que entendiam que faltava contraditório; e outras eram críticas da opção que a Relatora fez. Ora, o que é se verificou? Todas as que eram relativas a gralhas ou erro foram aceites; todas as que referiam existir uma segunda opinião, ou de uma outra testemunha ou de um documento que chegou entretanto à Comissão, a Relatora incluiria; todas as que levavam a uma leitura política diferente do relatório a Relatora não incluiria.

O Partido Socialista, aqui, tinha duas hipóteses. A primeira era a de dizer que não inclui, mas que querem forçar uma votação — cujo resultado, diria, é relativamente previsível, mas seria uma votação —, ou, então, dizer que têm a sua crítica do relatório, têm as suas conclusões críticas, até há um documento que ainda lhes chegou, mas que, sabemos, andar por aí (e isto não é nenhuma expressão de referência política a ninguém em concreto) e que, portanto, o Partido Socialista fará a sua leitura política e não insiste nessa votação, o que, de resto, é método em muitas comissões. De facto, em muitas comissões, o que é aceite pelo Relator é aceite pelo Relator e o que não é aceite pelo Relator, como propostas de alteração, não tem de ser

votado. E faz-se só a votação final do relatório e as conclusões políticas de cada grupo parlamentar sobre o relatório.

É essa a leitura que eu faço e penso que, nesse sentido, a posição do Sr. Deputado José Magalhães era a de ultrapassarmos este ponto, irmos ainda à discussão das propostas da maioria e, depois, entrarmos — há grupos parlamentares que ainda não se pronunciaram até agora — na discussão mais funda, mais global, mais assertiva, digamos, do conteúdo global do relatório.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Estou perfeitamente de acordo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra, porque o Sr. Deputado queria ainda dizer qualquer coisa sobre as propostas da maioria.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, sobre essa questão...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Se é para interpelar a Mesa, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, compreendo bem a intervenção do Sr. Deputado António Prôa. E não conheço essa teoria, que o Sr. Presidente agora desenvolveu, de a aceitação por parte da Relatora de uma qualquer proposta substituir a sua votação — não conheço essa teoria, e muito menos essa prática.

Portanto, do meu ponto de vista — e julgo que era essa a questão suscitada pelo Sr. Deputado António Prôa —, as propostas têm de ser votadas.

O problema que aqui existe é que nós ainda não percebemos o que é que é proposta e o que não é.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — São comentários.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não sei se são comentários, ou não.

Eu recebi um documento do Partido Socialista com propostas de alteração. O Partido Socialista é que tem de dizer o que quer que seja discutido e votado — ponto final parágrafo! Não há aqui consensos, nem acordos, entre relatores e Deputados, não há! Não conheço essa prática.

Mas quero dizer, em abono da minha tese, de sempre, o seguinte: esta reunião é uma enorme confusão, porque se pretendeu fazer apressadamente, numa só reunião, aquilo que habitualmente se faz em três reuniões diferentes. Ou seja, primeiro, a apresentação e a discussão do relatório; segundo, a apresentação e a discussão de propostas de alteração; e, terceiro, a reunião final para a apresentação, a discussão e a votação do relatório final.

Apressadamente, por razões que são conhecidas e relativamente às quais protestei em devido tempo, por razões da pressa que a maioria tem imposto aos trabalhos desta Comissão, fundimos três reuniões numa só e, agora, temos esta embrulhada. Estamos aqui há mais de 2 horas e, como se costuma dizer, não saímos do sítio. Em termos políticos, isto é de uma enorme irrelevância e estamos a transmitir uma péssima imagem ao País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Tanto quanto percebi, a metodologia adotada na tal situação de limitações óbvias resultantes do facto de se estar a compactar três momentos diferentes implicou que a Relatora fez correções de gralhas, o que é um direito, aceitou autocorrigir incorporando sugestões da maioria e outras que tinham sido apresentadas, tendo nós subtraído um conjunto de textos que apresentámos *pro memoria*, e incorporando opiniões políticas que, obviamente, não submetemos a juízo de terceiros e não estão na praça pública para serem sujeitas a juízos tutelares de ninguém.

Nesta fase do campeonato, essa metodologia permite-nos passar ao que realmente importa, que é a discussão do relatório, do projeto de relatório nessa versão amputada de gralhas e com algumas alterações. Sendo certo que a nossa posição sobre essa última matéria é a que consta de uma posição comum, que foi anunciada e que, na altura da votação, poderá ser entregue à Mesa para fazer parte do documento a apresentar ao Plenário, como prevê a lei dos inquéritos parlamentares. Portanto, quanto mais depressa chegarmos a esse momento, melhor.

Só que acontece que essa discussão sobre o relatório, mesmo sem gralhas e mesmo sem algumas imperfeições gritantes, continua a merecer da nossa parte um juízo de censura.

O que, todavia, gostaria ainda de acrescentar, Sr. Presidente, quanto às propostas de emenda do PSD e do CDS-PP, é que, como diz um provérbio popular, às vezes, «a emenda é pior do que o soneto». E o soneto da Sr.^a Deputada Mónica Ferro, sem desprimor, em matéria de torpedos, não tinha alguns dos inconvenientes desta versão que agora vem. É que na versão que agora vem — e lamento muito que, em matéria de torpedos, se tenham frustrado as diligências da Comissão para ouvir o Sr. Giuseppe

Carta, que tinha oferecido préstimos e depois os retirou — não há contrato de manutenção nenhum. Os torpedos estão sem manutenção. E o Estado português rompeu a relação contratual com a empresa, a empresa foi reestruturada (isso é público e notório). E, portanto, a citação que aqui se faz, julgo que de um depoimento, não está sequer identificado, pelo que não sei quem é que disse «à data da assinatura do contrato de aquisição PRAS e do contrato de fornecimento de torpedos, a totalidade da manutenção planeada era referente aos ex-submarinos da classe *Albacora*, e tudo isso era feito no Arsenal do Alfeite».

Está bem, mas eram torpedos... E a palavra «torpedos» é terrível, porque nos torpedos há uma evolução maior do que nos aviões. Portanto, os torpedos dos pobres dos submarinos da classe *Albacora* não têm nada a ver com os produtos *hi-tech* que o Estado português comprou à empresa Wass, embora seja tudo torpedos.

Portanto, o que vem a seguir é um absurdo, quer dizer, nada disso faz sentido. Não se faz manutenção de torpedos no Alfeite, isso nunca foi sonhável para produtos de engenharia sofisticada daquela natureza e, ainda por cima, para manter 24 torpedos, ou seja, um contingente minúsculo à escala das vendas que se fazem.

Portanto, a referência do Anexo I é absurda, não faz sentido. E dizer que «quanto aos torpedos, a sua manutenção pelo Arsenal do Alfeite tem decorrido sem sobressaltos» é uma coisa de espantar os vivos e os mortos! Quer dizer, não se percebe.

Ou seja, temos aqui um problema: quando se executa a garantia bancária, o Estado recebe 15 milhões de euros — perfeito. Agora, rebenta com a relação com a entidade fornecedora.

Portanto, este é um dos aspetos em que bem gostávamos que a Comissão tivesse podido escavar um pouco, fazendo as perguntas

necessárias, mas não tivemos oportunidade de as fazer a ninguém — se não apareceu ninguém!... E devo dizer-vos que este é um aspeto muito preocupante.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Carta mandou uma carta.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — O Sr. Carta mandou uma carta a dizer que não passava por cá, nem queria falar connosco e que, se quisesse, estaria proibido contratualmente, etc., e, portanto, desistam dessa via. Mas, na verdade, também não tentámos nenhuma via alternativa, designadamente junto da empresa-mãe do grupo, e não tentámos, junto das autoridades portuguesas, o esclarecimento do que é que se faz àquilo. É que, um dia destes, se calhar, é necessário disparar um torpedo. E aí é bom que ele funcione, não é?...

Mas, claro, eu sei que os nossos colegas da Comissão de Defesa Nacional estão no ativo e não veem terminar o mandato deles hoje, etc., pelo que este tema poderá continuar a ser discutido.

O Sr. **Presidente**: — Esperemos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Agora, acho é que não vale a pena prantar no relatório uma coisa que é confrangedoramente «irrigorosa». Parece-me penoso, até.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Relatora, quer retificar a sua aceitação de há pouco, ou mantém o que disse?

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Os factos que aqui estão narrados constam de audições. Portanto, essa será uma análise que nós manteremos e esta atualização nós sabemos fazê-la. Isto é o que resulta das audições.

O Sr. **Presidente**: — Algum Sr. Deputado quer intervir?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, quero só dizer o seguinte: esta ideia de aditar a cada programa quadros do relatório da DGAE de 2013 parece-nos francamente uma ideia um bocado estrambótica, Sr. Presidente. É que, para já, temos informação mais recente sobre esta matéria. Ou seja, foi mandado à Comissão, e está anichado numa das prateleiras, o relatório referente a 2014, pelo que é um bocadinho absurdo estar a prantar quadros do relatório referente ao ano de 2013 quando já temos o de 2014, pelo menos, do primeiro semestre.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Não é público!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Se não é público, passa a ser! A Comissão tem esse poder. Ou, então, passamos pelo ridículo de dizer: não é público. E, daqui a 10 minutos, publico, no *site submarinos2014.wordpress.com*, o texto de 2014. E pronto!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Tem de fazer publicidade para ver se comentam mais!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Vi que o Sr. Deputado apareceu lá, como «Maria de Ourique»! Estou a brincar, Sr. Deputado. Quero com isto dizer que há comentários anónimos! Há muitos comentários!

Risos.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Posso responder, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Presidente, esse foi o motivo pelo qual, na última parte da execução de contrapartidas, não transcrevi os dados do relatório de 2013, mas os dados que o Sr. Ministro da Economia aqui transmitiu sobre a execução no fim do primeiro semestre.

Agora, de facto, o relatório não está disponível *on-line*, e eu não o citei diretamente exatamente por isso.

O Sr. **Presidente**: — Está esclarecido.

Srs. Deputados, podemos passar, então, à discussão do relatório.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Presidente, podemos fazer uma pausa de 2 minutos?

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr.^a Deputada, podemos fazer um intervalo de 2 minutos e, depois, talvez pudéssemos encerrar a discussão.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Vamos votar o relatório?

O Sr. **Presidente**: — Vamos discutir e, depois, votar o relatório.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E as propostas de alteração?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, penso que só teremos duas formas possíveis de resolver essa mesma questão, e já as enunciei.

Neste momento, sabemos o que foi aceite e o que não foi aceite pela Sr.^a Deputada Relatora...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desculpe, Sr. Presidente, quem é que sabe? É que eu não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sabemos todos, Sr. Deputado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não, desculpe, Sr. Presidente, eu não sei.

O Sr. **Presidente**: — Foi ponto por ponto, Sr. Deputado. Acho que, se quisermos, estaremos em condições de saber, porque foi discutido ponto por ponto, e o Partido Socialista não entendeu submeter as suas propostas a votação. Portanto, fica na dependência da Sr.^a Deputada Relatora.

É, no entanto, legítimo — e ponho essa hipótese em cima da mesa — os Srs. Deputados dizerem: «Mas nós queremos conhecer, antes de votar, a redação final já com as alterações». Neste caso, há duas possibilidades: ou fazemos a discussão agora, ou teremos de voltar aqui, mais tarde, à hora que os Srs. Deputados entenderem, quando essas alterações estiverem feitas.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desculpe, Sr. Presidente, mas não é uma questão de legitimidade. É que não há outra forma de fazer. O Sr. Presidente não percebe isto?! Com a experiência parlamentar que tem, não

percebe isto? Então, o Sr. Presidente acha que nós vamos aprovar um relatório não sabendo o que lá está?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se quer que eu seja sincero, com a experiência parlamentar que tenho, já vi seguir um e outro método e, portanto, não me quero pronunciar sobre isso. Mas acho que esse método que propõe e essa exigência que faz é razoável, como já lhe disse mais do que uma vez. Se o Sr. Deputado quiser fazer, a partir da minha aceitação, uma divergência forçosa, poderá fazê-lo, mas ela não existe. Já lhe disse que essa exigência é razoável. De resto, a Sr.^a Deputada Relatora também já lhe fez essa referência. Nesse caso, eu teria de perguntar à Sr.^a Deputada Relatora qual seria o momento em que estaríamos em condições de ter um texto final para proceder à sua votação.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, só para não haver confusão, permita-me que esclareça o seguinte: há um texto e há propostas de alteração do PSD e do CDS-PP, que são conhecidas e que a Sr.^a Deputada Relatora diz que integra no texto. Muito bem. Agora, o que é preciso saber é quais são, das propostas de alteração apresentadas por outros grupos parlamentares que, no caso concreto, é apenas o Partido Socialista, as propostas que vão ser integradas.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Mas isso já foi referido!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desculpe, mas não foi. Foram referidas algumas, outras não. Portanto, é só isso. Não é preciso, depois, lermos o texto final. Agora, partimos do princípio, de boa-fé, que aquilo que aqui for dito é aquilo que vai ser feito.

Não me passa sequer pela cabeça, como é evidente, que a Sr.^a Deputada Mónica Ferro, depois da reunião, coloque a 34.^a proposta que aqui disse que não aceitava. É nesse sentido que acho necessário dizer o que foi integrado e o que não vai ser integrado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isso é uma coisa diferente, porque a essa questão consigo responder-lhe.

A Sr.^a Deputada Relatora disse que não aceitava a expressão «perguntas não respondidas», uma vez que se trata de perguntas não realizadas. Portanto, não foi aceite o Capítulo I das propostas de alteração do Partido Socialista.

Já quanto ao Capítulo II — eu numerei-o, porque não estava numerado —, e seguindo a ordem do documento do PS, as referências às páginas 17, 23 e 47 do projeto de relatório foram aceites. Não foi aceite a segunda referência à página 47. Foram aceites as páginas 175, 177, 185...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — A referência à página 185 não foi aceite!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa. Sr.^a Deputada, já tínhamos falado sobre isto. A página 185 é àquela em que se diz que «a CPC, presidida pelo Dr. Brandão Rodrigues, não desenvolveu diligências...» e a Sr.^a Deputada disse que aceitaria, desde que se fizesse referência a que a responsabilidade era do Governo.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Disse isso em relação à anterior.

O Sr. **Presidente**: — Foi confusão minha, peço desculpa.

Sendo assim, e continuando a enumerar as páginas, refiro: não foi aceite a 185, foi aceite a 187, foi aceite a segunda 187, a terceira 187 não foi aceite, a 188 foi aceite, a 189 foi aceite, a 190 não foi aceite, a 192 foi aceite, a 219 foi aceite, a 283 não foi aceite, a 297 não foi aceite, a 298 foi aceite, a 299 também foi aceite, a 300 não foi aceite, a 302 não foi aceite, a 326 foi aceite, a 327 foi igualmente aceite, a 334 foi aceite, a 335 não foi aceite, a 336 foi aceite, a 334 não foi aceite e a 336 também não foi aceite. A última é a tal que classifiquei como não sabendo se foi aceite ou não, uma vez que o Partido Socialista diz que a Sr.^a Relatora repete páginas e a Sr.^a Relatora diz que as repete intencionalmente. Portanto, devemos considerar não aceite, não é?

Sr. Deputado João Semedo, isto foi o que resultou das perguntas do Partido Socialista e das respostas da Relatora. Perante isto, das duas, uma: ou consideramos e fazemos fé que o relatório integre esta matéria, o que não é fácil porque não é uma substituição concreta, e aqui é que está a dificuldade, é uma sugestão de alteração ou de inclusão de outra matéria — poderíamos até, fazendo fé e tendo confiança na Relatora,...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — E nos serviços!

O Sr. **Presidente**: — ... votar o relatório admitindo que estas alterações fossem feitas — ou, então, fazemos como diz o Sr. Deputado João Semedo, e eu dou-lhe razão: «Mas eu quero ver o texto final e só votarei quando o tiver já com estas alterações efetuadas.» Nesse caso, obviamente, não há outra hipótese senão voltarmos aqui às 15 horas, às 17 horas, amanhã de manhã, quando os Srs. Deputados entenderem.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, queria só clarificar o seguinte: se o Sr. Presidente e, naturalmente, a Sr.^a Relatora nos garantirem que o texto, na sua versão final, terá apenas — apenas é mesmo apenas — essas alterações que forem aprovadas,...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Como é evidente!

O Sr. **João Semedo** (BE): — ... ninguém vai exigir conhecer o texto final.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, essa era a minha ideia inicial, mas dou-lhe razão se disser «eu quero ver o texto final». Isso é, obviamente, legítimo.

Assim sendo, passamos à discussão do relatório...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, julgo que essa solução é realista, porque a solução alternativa implicaria um *sprint*, sob pressão, com o processador de texto, até às 17 horas.

Quanto à matéria de fundo, não podemos, infelizmente, estabelecer senão um enorme desacordo. Se é necessário clarificar esse enorme desacordo, o melhor é que seja feito, porque tem technicalidades, por assim dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, do meu ponto de vista, se houver essa possibilidade e se pudermos avançar, uma vez que o próprio Partido Socialista teve a postura de entender não forçar uma votação... Podíamos forçar uma votação, as propostas podiam ou não ser chumbadas e todas as que fossem chumbadas não teriam de ser incluídas. Se quisermos, há aqui

um princípio de confiança mútuo neste trabalho, que não obsta, obviamente, às divergências que conhecemos. Se pudermos avançar deste modo, melhor. Se assim não for, é como eu digo: teremos de voltar aqui. Pode ser hoje às 17 horas, pode ser amanhã à hora que quiserem, mas teremos de voltar aqui forçosamente. É só este o ponto. Mas, se pudermos avançar, sugeria que avançássemos.

Srs. Deputados, seguindo um princípio de contraditório, começaria por dar a palavra ao maior grupo da oposição, o Partido Socialista, para uma intervenção sobre o relatório. Caso não concordem e o Partido Socialista não queira tomar a dianteira, voltarei a seguir a ordem dos partidos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, julgo que o facto de se ter adotado, por força dos trabalhos, uma posição comum entre os partidos da oposição é uma reacção justa à forma como esta Comissão foi sujeita a trabalhar.

A Comissão trabalhou em condições que eram totalmente evitáveis e muito desagradáveis. Aí, sim, sentimos um constrangimento, isto é, uma limitação forte quanto à possibilidade de inquirir e há o receio de termos criado uma situação que pode dar origem a uma enorme desconfiança em relação aos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito. Foram situadas como muito graves e importantes, mas teremos, em breve, uma comissão de inquérito sobre o universo Espírito Santo que testará, de novo, essas limitações.

Para além disso, tivemos limitações decorrentes da invocação de sigilo profissional; tivemos dificuldades resultantes de estarmos a lidar com um processo que teve expressões em vários pontos do mundo; batemos no «ferrolho» dos *offshores* e do seu secretismo premeditadamente procurado;

batemos até no espírito autohilariante de alguns depoentes, em especial depoentes da Espírito Santo Commerce, que, aliás, são citados com infelicidade no relatório, quando atiraram descaradamente à cara dos Deputados e das Deputadas que achavam graça à tômbola pública que há sobre o montante que a Escom recebeu da Ferrostaal e, com ar de divertimento, sublinhavam, jogando com o próprio segredo que criaram: uns diziam ser de 30 milhões, outros de 15, outros de 20, sendo certo que essas pessoas sabem exatamente ao cêntimo quanto é que gastaram e com quem, mas recusaram-se, pura e simplesmente, a dizer a verdade perante a Assembleia da República e até acharam que podiam fazer uma pequena piada sobre a tômbola a que obrigaram a imprensa e a Assembleia da República nesta matéria.

Portanto, fomos impedidos de fazer as diligências necessárias e devo dizer que, algum dia, haveremos de ler a sentença que condenou o Sr. Jürgen Adolff, o tal cônsul honorário maçador, que, pelos vistos, faturou 1.6 milhões à custa, dizem uns, de coisa nenhuma, o que o qualificaria como burlão e, dizem outros, de acordo com a nota de serviços que apresentou no tribunal de Munique, através de importantes contactos com membros de gabinetes governamentais e de contactos de sucesso, razão pela qual teve direito a uma *success fee*, que só é paga a quem tem sucesso. Sobre os contornos desse sucesso, havemos, um dia, de saber mais do que sabemos neste momento.

Do ponto de vista da metodologia, achamos que esta Comissão é um mau exemplo e deixa em aberto perguntas que são importantes — e que foram feitas! As perguntas foram feitas, só não tivemos respostas. Aliás, até tivemos a tentativa de respostas ludibriantes ou enganosas — isso tivemos.

Quanto à razão pela qual foi escolhida a Escom, uma empresa com uma enorme experiência africana mas absolutamente desprovida de experiência em Portugal, que estabelece uma relação amorosa, que depois se perturba, com a ACECIA, que se retira dessa relação batendo com a porta, recebendo uma indemnização que, segundo o que referiu a auditoria alemã à Ferrostaal, se cifrou num montante elevado para não agir segundo métodos reprováveis...?! Mas que história é esta que não tem senão os primeiro e segundo capítulos e não tem, sobretudo, o grande final? Deveríamos ter podido investigar esse aspeto.

A opção pelo submarino alemão já não está carregada de mistério, porque sabemos cada vez mais sobre ela e saberemos muito mais quando os arquivos respetivos estiverem abertos.

O fantástico aumento do preço do submarino já depois da decisão de compra, as reuniões misteriosas feitas sobre esta matéria, diz a testemunha Mühlenbeck, no Guincho... Não sei se o Guincho é São Julião da Barra, mas um dia havemos de saber da boca do próprio.

Há muitas outras questões que colocamos nesta declaração comum e não gostaria de esgotá-las. Mas, em relação às coisas em que há dúvida, há dúvida, mas, quanto às contradições, que também não esgotamos neste documento, é realmente espantoso que a maioria não tenha querido que o ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso desse, em segunda ronda, ou em segundas núpcias, respostas a dúvidas concretas suscitadas na Comissão por documentos ou depoimentos aqui obtidos. Qual é a vantagem da dúvida eterna? Não percebemos. Ainda por cima, não é eterna, porque, a seguir, temos o caso BES.

Se a maioria quis abafar rapidamente e em força um inquérito incómodo, não conseguiu; se entendeu que erigia, em verdade oficial, uma *corbeille* de inverdades, também não conseguirá. É uma oportunidade

perdida e a única coisa que podemos reafirmar é o compromisso que assinámos com o PCP e com o BE de — e cito — «continuar a envidar todos os esforços para que o esclarecimento da verdade venha a ocorrer o mais depressa possível». E que ninguém reescreva a história — isso não deixaremos!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Os «estalinistas» é que faziam isso!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Exatamente! Conheço perfeitamente!

Não deixaremos que isso aconteça e temos, sobretudo, os meios para que não aconteça. Há casos em que uma rejeição significa o engavetamento da verdade, mas, neste caso, não significa nada. Aliás, significa um gesto patético que não terá senão a consequência política que merece, isto é, uma reposta que não acaba hoje. Verdadeiramente, começa hoje uma nova fase do esclarecimento da verdade.

Ah..., e havemos de visitar o submarino, com a ajuda do Sr. Presidente, para comprovar os sistemas de defesa, para verificar se as especificações anunciadas são verdadeiras e para beneficiarmos também do clima um pouco claustrofóbico em que os nossos homens e mulheres da Marinha trabalham.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, farei isso com ajuda epistolar, porque, quanto à ajuda claustrofóbica, estou dispensado dela.

Risos.

Com a ajuda epistolar, sim, com certeza. Já foi feito, por assim dizer.

Geograficamente, São Julião é em Carcavelos e não no Guincho. Mas este é só um pequeno dado...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Não sei, Sr. Deputado. Mas, geograficamente, assim é.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado António Prôa, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a primeira palavra que queria deixar aqui é de reconhecimento pelo trabalho da Sr.^a Relatora, que, na conclusão destes trabalhos, apresentou um documento que reflete o trabalho desta Comissão. Foi, aliás, um longo trabalho, que resultou num conjunto nunca antes alcançado em termos de reunião e de sistematização de informação sobre este conjunto de programas de aquisição de equipamentos militares, que tivemos oportunidade de analisar. Seguramente, é um conjunto de informação que ficará disponível, mas que já hoje nos permitiu retirar um conjunto vasto de conclusões, a que me referirei, mas queria começar por deixar esta palavra de reconhecimento pelo trabalho competente que a Sr.^a Relatora nos apresentou.

Permitam-me também que agradeça, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, todo o apoio que os serviços de apoio à Comissão nos prestaram durante este período intenso de trabalho que hoje se conclui e que agradeça toda a dedicação, esforço e empenho que depositaram no nosso trabalho, bem como que agradeça às equipas de apoio do Grupo Parlamentar — e só

posso referir-me às dos Grupos Parlamentar do PSD e do CDS —, que nos ajudaram no trabalho intenso que elaborámos, sem deixar de testemunhar, naturalmente, a presença e com certeza também o empenho das demais equipas de apoio dos restantes grupos parlamentares.

Referidas estas palavras, que me parecem ser justas, permitam-me que comece por fazer uma referência de repúdio em relação àquilo que são palavras que vi referidas na comunicação social e que, aliás, já se anteviam, mas que são referidas ainda hoje quanto ao relatório que estamos a analisar.

Expressões como as de «falta de seriedade» e de «falta de credibilidade» em relação ao relatório, portanto, em relação ao trabalho de uma Deputada, de uma colega nossa e, eu diria mais, em relação ao trabalho de um conjunto de Deputados que, durante creio que mais ou menos cinco meses, dedicaram tantas horas de trabalho no sentido de procurarem descobrir a verdade, parece-me muito pouco respeitoso, mesmo em relação aos que fazem essas próprias declarações. Portanto, queria repudiar as expressões que não são necessárias, não são próprias, não ajudam a credibilizar o Parlamento e que, no limite, e tão simplesmente, não correspondem à verdade.

A verdade é que os partidos da oposição tomaram a iniciativa de propor esta Comissão com um imenso preconceito, relativamente ao qual não se souberam distanciar, mesmo quando os factos — e eu até admito de acordo com as convicções de alguns Deputados da oposição, não totalmente mas, ainda assim, em larga medida — vieram a desmentir o conjunto de insinuações, de afirmações, baseadas em notícias não factualizadas e que foram alimentando as afirmações dos Srs. Deputados.

Portanto, com esse preconceito com que os partidos da oposição iniciaram os trabalhos, depois de verificado que, em larga medida, os factos não sustentavam esses preconceitos, estranha-se que os partidos da

oposição insistam em expressões, em afirmações, em insinuações que, passados cinco meses, passadas cerca de 50 audições, mais de 100 documentos analisados, não comprovaram essas insinuações. E no entanto, por má-fé — não posso classificar de outra forma —, os Srs. Deputados continuam a lançar um conjunto de insinuações, mesmo depois de terem tido o espaço, o tempo e a informação disponível para os poder sustentar.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero repudiar as expressões que foram utilizadas para classificar este relatório e repudiar a atitude com que os partidos da oposição sempre se colocaram nesta Comissão, ignorando deliberadamente que os factos contrariavam e desmentiam as afirmações que iam fazendo.

Ainda assim, houve um conjunto de conclusões que se puderam tirar dos depoimentos e documentos que tivemos oportunidade de analisar.

É estranho — diria até que, mais do que estranho, é preocupante — que o Partido Socialista, pela primeira vez na história, se tenha dado ao papel de alguém que se tenta colocar fora das responsabilidades que ao longo de muitos anos assumiu. Se há matéria que tivemos oportunidade de analisar detalhadamente é a que diz respeito às questões da defesa, e que tem, felizmente para o nosso País, suscitado um consenso entre os dois grandes partidos, diria até entre os três grandes partidos que têm tido responsabilidade na governação. A questão da defesa tem obtido esse consenso, e ainda bem, mas, pela primeira vez, o Partido Socialista colocou-se à margem desse sentido de responsabilidade e, procurando fazer render um conjunto de suspeições, pôs em causa esse património, esse passado de responsabilidade que teve.

Mas, ainda assim, na sequência dos trabalhos desta Comissão, e por muito que custe ao Partido Socialista, no que diz respeito precisamente aos programas que analisámos, e em particular no que diz respeito ao programa

que foi alvo de maior atenção, tivemos ocasião de confirmar que foi durante o período de responsabilidade de governos do Partido Socialista que foi lançado o concurso dos submarinos. Foi durante o período de governação socialista que o Estado português pretendia adquirir três a quatro submarinos, foi no período de governação socialista que foram escolhidos os seis candidatos para apresentarem propostas, foi durante o período de governação socialista que foram reduzidos de seis para dois os candidatos para a fase seguinte, foi durante os governos socialistas que se esperou por demasiado tempo, mais de dois anos, até ser definido o enquadramento das contrapartidas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Só o pagamento das multas é que foi depois!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — O Sr. Deputado insiste em fazer política com recurso a notícias e manchetes de jornais. O Sr. Deputado faz uma espécie de política tablóide.

Protestos do Deputado do PS José Magalhães.

Isso, Sr. Deputado, só lhe fica mal.

Mas permita-me que continue.

Foi também durante governos socialistas que as garantias foram fixadas em apenas 10%, foi durante governos socialistas que foram assinadas as pré-contrapartidas, foi durante governos socialistas que a Escom ganhou o concurso de fornecimento dos helicópteros, foi, aliás, durante o período de governação socialista que a Escom se envolveu, pela primeira vez, nos programas de aquisição de equipamentos militares.

Por outro lado, também foi possível verificar que foi durante o período de governação do PSD e do CDS que a aquisição de submarinos foi reduzida de três para dois, que foi durante o período de governação do PSD e do CDS que a Escom perdeu dois concursos, que foi durante o período de governação do PSD e do CDS que a Escom perdeu o critério das contrapartidas e que foi durante o período de governação do PSD e do CDS que as garantias foram asseguradas em 25%.

E isto a oposição continua a não querer admitir, porque isto explica que, sobretudo o Partido Socialista, deveria ter outra responsabilidade quando aborda este tipo de questões: deveria ter a responsabilidade de não insistir em insinuações, deveria ter a responsabilidade de não fazer política com base em notícias de jornais e deveria não fazer uma política preguiçosa, de se bastar com notícias não confirmadas. Mas, sobretudo, ficaria bem ao Partido Socialista não querer reescrever a história.

Bem sabemos que o Sr. Deputado José Magalhães tem um passado de relação próxima com métodos estalinistas, em que a história se reescrevia, mas não lhe fica bem, porque não fica bem ao Partido Socialista, porque não está na sua tradição, esse tipo de atitude.

O Sr. José Magalhães (PS): - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

O Sr. António Prôa (PSD): - Pela nossa parte, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sentimo-nos absolutamente confortáveis com este relatório. Consideramos que este relatório espelha bem o trabalho exaustivo que este Parlamento fez, com o contributo de todos os Srs. Deputados, mesmo daqueles que agora querem ignorar que fizeram parte, durante cinco meses, de uma Comissão em que foi possível perguntar tudo, em que se ouviram

peessoas como nunca se tinha ouvido e em que se recolheram documentos como nunca se tinham recolhido.

O Sr. Deputado José Magalhães — o Sr. Deputado e outras pessoas —, como tinha feito no passado, lança para a frente um conjunto de insinuações que se hão de descobrir. Já é tempo, Sr. Deputado, de uma vez por todas, de dizer em que tempo é que se vai descobrir, porque cada vez que damos um passo — e este foi importante, de facto — no sentido de reunir informação que não confirma a agenda dos Srs. Deputados, os Srs. Deputados dizem que é logo a seguir, que é mais à frente. Estamos convictos que mais à frente descobriremos o que hoje foi possível verificar e, por isso, revemo-nos neste relatório. Saúdo a Sr.^a Relatora pelo trabalho que desenvolveu e, naturalmente, apoiaremos este relatório.

O Sr. **Presidente**: — Eu tinha sugerido, e por isso comecei pelo Partido Socialista, que seguíssemos o método que é, um pouco, o da 1.^a Comissão, que tem mais alternância — se calhar até é mais contraditório nas intervenções. Portanto, passaria agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, do PCP, a seguir ao CDS e, por último, ao Bloco de Esquerda.

Tem a palavra, Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.

Esta é uma espécie de declaração de voto oral. Em devido tempo entregaremos, juntamente com outros grupos parlamentares, uma declaração de voto escrita, depois da votação, como é óbvio.

A primeira questão que queríamos deixar clara é que o PCP não apresentou propostas de alteração porque, na nossa opinião, não é possível melhorar o presente relatório. Este relatório e as conclusões desta Comissão

pura e simplesmente não têm emenda, uma vez que se trata, efetivamente, de um relatório viciado e de um inquérito inacabado.

Para o PCP, esta Comissão, por responsabilidade política do PSD e do CDS-PP, é uma fraude, é um embuste.

Não temos dúvidas em afirmar que o relatório é pré-fabricado para ilibar as responsabilidades políticas do PSD e do CDS-PP.

Não temos qualquer tipo de dúvidas em afirmar que há autênticos buracos negros no relatório do PSD e do CDS-PP. Assim, na nossa opinião, o relatório não tem credibilidade nem seriedade para ser aprovado. Como é óbvio, não se trata de uma questão pessoal para com a Sr.^a Deputada Relatora, trata-se de uma questão política que aqui é colocada.

E passo a descrever por que é que este relatório não tem qualquer credibilidade nem seriedade para ser aprovado.

Faltam a esta Comissão documentos que foram solicitados e que não foram considerados no relatório. Hoje mesmo, chegaram documentos da Empordef sobre o contrato de financiamento dos EH-101. Portanto, há esta situação verdadeiramente caricata: no dia em que estamos a discutir o relatório ainda estamos a receber documentos e ainda falta receber mais documentos que são importantes para a descoberta da verdade.

Faltam também audições fundamentais — do Dr. Paulo Portas, do Dr. Paulo Nuncio e de Jürgen Aldoff. São três exemplos concretos de audições que não foram realizadas.

Portanto, entendemos também que faltam apurar novos factos e novas pistas que entretanto surgiram.

A declaração que a Sr.^a Deputada Relatora fez de que nenhuma pergunta ficou por fazer, não tem, pois, na nossa opinião, cabimento; é mentira, na medida em que houve audições que ficaram por realizar e

muitas perguntas que ficaram, efetivamente, por fazer nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desde a primeira hora que ficou claro para o PCP que PSD e CDS-PP, com a sua conduta, quiseram impedir objetivamente a descoberta da verdade. PSD e CDS, nas audições que promoveram, literalmente a correr, com trabalhos acelerados, para acabar o mais depressa possível, provaram, desde a primeira hora, que o seu objetivo foi o de acabar o mais depressa possível os trabalhos sem se aprofundar a matéria que estava em cima da mesa. Diria mesmo que PSD e CDS-PP fugiram desta Comissão Parlamentar de Inquérito como o Diabo foge da cruz — uma expressão, se calhar, mais para o CDS-PP.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Uma expressão infeliz!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Aliás, chegámos à situação verdadeiramente ridícula, colocada pelos Srs. Deputados do PSD e do CDS-PP, de se acabar com os trabalhos desta Comissão quando há notícias relativamente à família Espírito Santo e a todo o processo dos pagamentos extra pelos submarinos.

Numa altura em que surgem notícias na comunicação social que dão conta de que a MAN Ferrostaal pagou à Escom 30 milhões de euros — algo que já sabíamos; que novos factos revelam agora que a família Espírito Santo e os seus diferentes clãs receberam 1 milhão de euros cada um, portanto 5 milhões ao todo; que a Escom ficou com 15 milhões e que falta apurar 10 milhões de euros; que Ricardo Salgado afirmou publicamente que falta apurar para onde foram os outros 10 milhões e que houve pagamentos a terceiros; face a estas notícias, a maioria parlamentar

PSD/CDS-PP decide acabar, pura e simplesmente, com a Comissão Parlamentar de Inquérito, ignorando-as e fazendo tábua rasa delas.

Consideramos verdadeiramente ridículo encerrar a Comissão Parlamentar de Inquérito nesta fase. Impunha-se, no mínimo, a realização de audições aos administradores da Escom e ao Dr. Ricardo Salgado de modo a apurar para onde é que foi esse mesmo dinheiro, que tantas vezes foi abordado nesta Comissão.

Srs. Deputados, o relatório não refere, entre muitas outras matérias, as responsabilidades políticas pela miserável execução das contrapartidas e não faz nenhuma referência quanto à identificação dos responsáveis políticos pelo desastroso processo das contrapartidas e quem ganhou o quê, num processo que claramente lesou, em largos milhões de euros, o Estado. Essa responsabilização política não existe, apenas há uma formulação genérica. Fala-se apenas em «sucessivos Governos». Não, era preciso saber, num plano concreto, quem foram os responsáveis por este negócio verdadeiramente desastroso para o erário público.

Há uma nublosa relativamente à questão do leilão bancário, em que o consórcio em que participava o BES, perdendo o leilão bancário, acabou por ganhá-lo num processo e num modelo de financiamento também ruinoso para o Estado. Sobre este aspeto concreto, importava ouvir novamente o Dr. Paulo Portas, tendo em conta as informações que entretanto foram recolhidas.

Falta também abordar no relatório uma matéria: as alterações ao modelo de submarino, o que efetivamente aconteceu. Esta Comissão Parlamentar viu-se privada de receber o relatório do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa que, naturalmente, suscitaria ou poderia esclarecer dúvidas legítimas que existem quanto à legalidade da alteração do modelo de submarino a meio do concurso, o que prejudicou, é claro, o outro

concorrente que estava em cima da mesa. Há dúvidas relativamente ao processo de escolha do modelo alemão.

Há todo um conjunto de dúvidas que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não conseguiu apurar por responsabilidade do PSD e do CDS-PP. Uma dessas dúvidas tem a ver com o facto de a maioria parlamentar não ter permitido que tivesse lugar a audição de Jürgen Adolff, o cônsul honorário em Munique. A notificação que foi feita apenas em Munique não foi suficiente. O Sr. Jürgen Adolff tem residência e atividade comercial em Portugal, e essa audição não foi promovida. Acabaram os trabalhos ainda antes de apurar qual era o estatuto de residência deste senhor em Portugal. Objetivamente, impediram a audição desta testemunha, que é fundamental, tendo em conta que foi condenada num processo de corrupção relativamente ao caso dos submarinos, em Portugal.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Afinal houve condenados!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Teria sido importante aprofundar toda a problemática da Escom, do BES e dos pagamentos a terceiros e, como já tinha referido, isso não foi feito por culpa do PSD e do CDS-PP.

Esta maioria parlamentar PSD/CDS-PP impediu que se realizasse a audição do Dr. Paulo Nuncio, atual Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que, na altura, era advogado da Steyr, a empresa que tratou da venda dos Pandur a Portugal. Este senhor, enquanto advogado, foi diretamente acusado de criar e promover contrapartidas falsas, que lesaram o Estado. Impunha-se a sua audição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar o que é que fez e se lesou ou não o Estado. Mas a maioria parlamentar PSD/CDS-PP impediu a audição do Dr. Paulo Nuncio.

Se isto não são perguntas que ficaram por responder, Sr.^a Deputada Mónica Ferro, não sei o que serão.

Uma outra matéria que importava denunciar como não tendo sido abordada por culpa do PSD e do CDS-PP são as profundas contradições do depoimento do Dr. Paulo Portas em relação a depoimentos e documentos posteriormente recebidos, quer relativamente à reunião com a Escom, quer relativamente a reuniões com o Sr. Jürgen Adolff, quer relativamente à questão do leilão bancário, como já referi.

Srs. Deputados, as questões da escolha dos modelos e da quantidade dos equipamentos militares não são referidas. Esta é uma dúvida que o PCP colocou em todas as audições e que merecia, na nossa opinião, um aprofundamento. Por diversas vezes, questionámos a escolha dos modelos de equipamentos militares, uma vez que optaram por equipamentos que são dos mais caros do mundo — os submarinos, os helicópteros EH-101 são, pura e simplesmente, os equipamentos mais caros do mundo. Esta opção de sucessivos governos, que agora dizem que os portugueses viveram acima das suas possibilidades, merecia ser questionada no relatório, e isso não acontece. Efetivamente, optaram pelo modelo de submarino que é o mais caro do mundo e os helicópteros escolhidos, que são da responsabilidade do Partido Socialista, bem o sabemos, também são os mais caros do mundo a nível de equipamentos militares.

Tinha o País condições para comprar os equipamentos mais caros do mundo? Sim ou não? Tal pergunta não foi abordada no relatório, mas nós, PCP, questionámos essa matéria. Mais: questionámos a quantidade de equipamentos militares comprados. O País precisava de uma segunda esquadra de F-16? Não! E essa matéria nem sequer foi abordada no relatório.

Há, pois, um conjunto muito vasto de matérias que merecem a nossa objeção neste relatório, nomeadamente no que respeita à parte conclusiva, que é a parte fundamental do relatório.

O relatório também tem pequenos erros, como, por exemplo, falar de estratégia de segurança, quando estamos a falar de estratégia de defesa nacional — segurança é para a PSP e defesa é para as Forças Armadas. Estes equipamentos visam munir a defesa nacional e não a segurança, sendo, pois, este um erro de palmatória.

No ponto 6 do relatório é dito que «a Comissão registou que alguns depoentes retificaram ou anularam acusações menos fundamentadas anteriormente feitas». Registam isto, mas não registam, por exemplo, as acusações muito concretas relativamente ao Dr. Paulo Nuncio e as acusações quanto à fabricação... Aliás, a testemunha até referiu que era imposição de falsas contrapartidas no processo da sua fixação.

Consideramos que este relatório tem um conjunto muito vasto de omissões, mas não é sequer corrigível, bem como não o são as suas conclusões.

O relatório termina fazendo uma avaliação depreciativa daquilo que são as comissões parlamentares de inquérito, algo que não partilhamos, porque consideramos que têm um papel parajudicial de investigação que merece ser respeitado. O último considerando é, pois, na nossa opinião, errado, por isso não deve ser incluído.

A concluir, Sr. Presidente, refiro que, na opinião do Partido Comunista Português, o PSD e o CDS-PP impediram que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse até ao fim. Impediram, condicionaram a descoberta da verdade e usaram a maioria parlamentar, a força, para esse mesmo objetivo. O relatório que a maioria vai aprovar não reflete a verdade, não reflete o que podia e devia ter sido feito, o relatório não passa

de uma tentativa vã de apagar a história, de apagar as responsabilidades e de ilibar responsáveis.

Este relatório merece, naturalmente, a nossa mais veemente contestação e oposição.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, queria dizer ao Sr. Deputado Jorge Machado que tem toda a razão em relação à primeira apreciação que fez.

No entanto, queria distinguir um aspeto para que não fique a ideia de que não fizemos nada ou que impedimos a audição do Sr. Adolff.

O Sr. Deputado tem toda a razão, mas o caso do Sr. Adolff não foi exclusivo, houve mais casos, como os do Sr. Giuseppe Carta, o do Sr. Horst Bruno Weretecki, o do Sr. Winfried Hotten e o da Sr.^a Antje Malinowski. Todos estes cidadãos estrangeiros declararam, através dos seus advogados, que não viriam a esta Comissão. Isto é diferente dos casos em que não houve aprovação de audição. Queria só deixar este ponto claro.

O Sr. Deputado tem razão quando diz que houve uma diligência que solicitou e que foi feita para apuramento do estatuto essencial do Sr. Adolff. Mas o seu estatuto de não residente foi-nos comunicado pelo seu advogado, que é, de resto, um advogado português conhecido e reputado e, como tal, não terá, presumo eu, enviado uma informação falsa a esta Comissão, o que teria a sua gravidade. Portanto, fomos informados que não tem estatuto de residente.

Também queria deixar claro que as pessoas são notificadas na sua residência, e esse foi o caso, pelo que qualquer diligência posterior será feita nos mesmos termos em que for feita para outros cidadãos. Ou seja, foi comunicado a quem de direito, à Procuradoria-Geral, e obviamente que qualquer diligência posterior, designadamente a possibilidade de

desobediência por parte de qualquer um destes cidadãos, terá de seguir, sabendo nós o que eles invocam — são arguidos e, portanto, têm direito a não falar.

No caso concreto do cônsul, está em recurso a sua condenação na Alemanha e ele entende que falar a uma Comissão Parlamentar de Inquérito em Portugal prejudicaria o seu direito de defesa. E ele não é residente em Portugal.

Sr. Deputado, não estou a contrariar o que disse, estou só a sublinhar estas diligências que foram feitas e que já tinham sido referidas há pouco.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. Presidente tem por hábito fazer este exercício e nós lamentamos que use a sua figura de Presidente para tentar condicionar a nossa intervenção.

Reafirmamos o que dissemos em forma de declaração de voto oral: esta Comissão Parlamentar de Inquérito tinha a obrigação de promover um conjunto de diligências para tentar obrigar, se fosse possível, o Sr. Jürgen Adolff a vir a esta Comissão prestar um depoimento. Contudo, esta Comissão não concluiu tais diligências — este é o facto e é a verdade.

O PSD e o CDS-PP concluíram esta Comissão Parlamentar de Inquérito não permitindo que esta testemunha viesse fazer um depoimento, tendo o PCP requerido forçar-se a vinda do Sr. Jürgen Adolff. E nós, politicamente, registámos isso. Politicamente, a verdade é que este senhor não veio, não obstante ele ter residência e atividade comercial em Portugal. Podiam ter-se esgotado os mecanismos relativamente a esta matéria, dado que esta é uma testemunha verdadeiramente fundamental para a descoberta da verdade, que, por via da conclusão precipitada do inquérito, ficou claramente comprometida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como é evidente, não quero entrar em debate e em contraditório consigo, pois respeito a sua opinião. Só me reporte a factos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Eu também!

O Sr. **Presidente**: — Em primeiro lugar, o que o advogado do próprio nos disse é que ele não tem residência em Portugal.

Em segundo lugar, estou de acordo consigo, Sr. Deputado. Nós fizemos diligências para que este senhor fosse ouvido. A minha convicção, no entanto, é a de que a capacidade de forçar uma pessoa, designadamente um cidadão estrangeiro, que é notificado na Alemanha, em sua casa — normalmente, as pessoas são notificadas em sua casa —, para vir à Comissão tem, na minha opinião, as suas limitações. Ainda que viesse, refugiar-se-ia, obviamente, no estatuto de arguido, que tem e que é constitucionalmente reconhecido, como o Sr. Deputado sabe.

Mas não quero entrar em contraditório consigo, Sr. Deputado. A sua opinião é a de que não foi feito o suficiente, que poderia ter sido feito mais, que a Comissão deveria ter aguardado por diligências que o PCP pediu. Bom, é a sua opinião, é legítima, não tenho sequer que concordar ou discordar. Limitei-me a tentar dizer que, apesar de tudo, e respeitando a sua opinião, houve um conjunto de diligências que, nesse caso concreto, foram feitas. O Sr. Deputado diz que não foi o suficiente, mas essa é a sua opinião e eu tenho de respeitá-la, pois não quero entrar em contraditório consigo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, ao fim de quatro, cinco horas de reunião, queria apenas dizer que não serão os

adjetivos que usarei que me darão maior ou menor razão. Procurarei apenas sublinhar alguns factos que, do meu ponto de vista, me parecem relevantes.

Evidentemente, queria começar por felicitar a Sr.^a Deputada Mónica Ferro pelo relatório que apresentou e pelo trabalho que desenvolveu ao longo destes meses.

Também queria enaltecer os serviços da Comissão. Não sei se algum Deputado que falou anteriormente o fez, mas julgo que é de inteira justiça que o possamos fazer todos.

Esta Comissão trabalhou mais de 100 dias, realizou 62 reuniões, creio que ouvimos mais de 50 depoentes, tivemos mais de 165 horas de trabalho e, no fim dessas horas de trabalho, temos um relatório com mais de 400 páginas. A Comissão conseguiu reunir todo um acervo documental bastante relevante. Como tal, queria dizer que é um conceito estranho de fuga aquele que alguns querem imputar à maioria.

Trata-se de uma Comissão em que o prazo foi prorrogado duas vezes, a segunda a requerimento do próprio Partido Socialista e mediante data indicada pelo próprio Partido Socialista, 8 de outubro — mais uma vez, conceito estranho de fuga —, uma comissão parlamentar de inquérito que, tendo sido requerida pelo Partido Socialista, na oposição, a maioria, ao contrário daquilo que o Partido Socialista fez, quando estava no Governo, não inviabilizou — portanto, mais uma vez, conceito estranho de fuga.

Mas quero ainda referir mais um aspeto que, do meu ponto de vista, é importante: esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e julgo que todos percebemos, mesmo os Deputados da oposição, não se confunde com os trabalhos que o Ministério Público desenvolve, nos termos das suas competências, nem, evidentemente, com os trabalhos que a Polícia Judiciária também desenvolve. E, como é evidente, sabendo nós que há matérias em segredo de justiça, a verdade é que a Comissão foi até onde

podia, na minha opinião, cumprindo a lei e procurando apurar factos, apesar das especulações, das insinuações e até, algumas vezes, não raras vezes, de algumas suspeições que, não só fora, mas também aqui dentro, se quiseram lançar.

Por isso, Sr. Presidente, esta Comissão foi, de facto, marcada por insinuações, mas tem de cingir-se aos factos, e os factos falam por si só. E, ao fim destas horas e de muitas intervenções do Sr. Deputado José Magalhães, a verdade é que os factos demonstram o incómodo do Partido Socialista e os factos que estão a incomodar o Partido Socialista também demonstram bem a incapacidade do Partido Socialista para fundamentar as suas teorias.

A verdade é que aquilo que o PS não quer que se perceba é que foram Governos do Partido Socialista os responsáveis por todo um conjunto de matérias que é preciso referir, algumas das quais quero também enunciar, aliás, tal como o Sr. Deputado António Prôa já fez.

O primeiro ponto que importa referir é o de que todos os Ministros da Defesa Nacional, todos, e inclusive o Primeiro-Ministro socialista, em resposta escrita a esta Comissão, manifestaram a importância da aquisição dos equipamentos militares objeto desta Comissão e a sua concordância com a manutenção da capacidade submarina em Portugal. Este é um ponto que diria incontornável, apesar daquilo que o Sr. Deputado Jorge Machado aqui disse, legitimamente, mas, enfim, são posições que conhecemos, e são coerentes, da parte do Partido Comunista Português, porque, na verdade, os depoimentos, nesta Comissão, daqueles que foram os responsáveis ao longo de mais de uma década, foram bastante elucidativos quanto a esta matéria.

Por outro lado,...

O Sr. José Magalhães (PS): — O que está em causa são as «luvas»!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, posso? É que ouvi-o ao longo de 6 horas; em 5 horas, durante toda a manhã, teve 300 intervenções. Posso ter a minha? Se puder, agradeço.

Quero dizer que, de facto, aquilo que o PS pretende que ninguém perceba é aquilo que é evidente: foi um Governo do Partido Socialista a lançar o concurso dos submarinos; foi um Governo do Partido Socialista que quis adquirir três submarinos, com opção para quatro;...

O Sr. José Magalhães (PS): — É verdade!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — ... foi um Governo do Partido Socialista que escolheu os seis candidatos a apresentarem propostas; foi um Governo do Partido Socialista que escolheu os dois concorrentes que passaram à fase seguinte; foi um Governo do Partido Socialista que demorou mais de dois anos a fazer o enquadramento das contrapartidas; foi um Governo do Partido Socialista que fez garantias de 10%; foi um Governo do Partido Socialista que aceitou o mecanismo da arbitragem em diferentes contratos, apesar das dúvidas que o Sr. Ministro da Defesa Nacional Augusto Santos Silva foi deixando cair ao longo de vários anos; foi um Governo do Partido Socialista que assinou e aceitou as pré-contrapartidas; foi também um Governo do Partido Socialista que deixou cair, no verão quente de 2000, a ligação obrigatória entre a execução das contrapartidas e o pagamento dos fornecimentos, coisa que o Sr. Ministro da Defesa Nacional Augusto Santos Silva, passados uns anos, também não sabia, e é público; foi um Governo do Partido Socialista que aceitou a alteração ao modelo dos submarinos; foi um Governo do Partido

Socialista que previu uma taxa implícita de 7% para a intermediação financeira na Lei de Programação Militar; foi no tempo do Partido Socialista — é importante dizê-lo — que a Escom ganhou o seu primeiro concurso; foi também no tempo de um Governo socialista que a execução dos contratos de contrapartidas esteve completamente parada; foi também no tempo de um Governo do Partido Socialista que houve atrasos inexplicáveis no pagamento, os quais terão custado 24 milhões de euros ao erário público, aliás, através daquela que foi a quinta alteração contratual de que falámos há pouco; e foi também no tempo do Governo socialista que foram assinados contratos sem contratos de manutenção e sem manutenção prevista.

Mas os Srs. Deputados do Partido Socialista também não querem que se perceba que foi no tempo de um Governo de centro-direita que se tomou um conjunto de decisões relevantes para os nossos trabalhos. Vejamos.

Tomou-se a decisão de reduzir os submarinos, de três para dois; a empresa Escom perdeu dois concursos, o das VBR e o do avião tático, e perdeu, no critério das contrapartidas, o concurso dos submarinos.

Quer os Srs. Deputados José Magalhães e Filipe Neto Brandão gostem ou não, quer conheçam melhor ou pior a legislação da contratação pública portuguesa, a verdade é que foi também neste tempo que se fez um leilão bancário, e era bom que isto ficasse bem claro.

Foi neste tempo, Sr. Deputado José Magalhães, que se conseguiram *spreads* melhores do que aqueles que se conseguiram para os EH-101.

O Sr. José Magalhães (PS): — Para quem não saiba fazer contas!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — A verdade é que foi também neste tempo que, ao contrário da garantia de 10%, se fizeram contratos com garantias de 25%.

Foi também no tempo de um Governo de centro-direita que houve contrapartidas para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e para as OGMA e em que passou a haver, Sr. Deputado José Magalhães, aquilo que o Sr. Deputado andou à procura,...

O Sr. José Magalhães (PS): — O Alfamar!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — ... de forma incessante, que foram as atas da Comissão de Contrapartidas.

Sr. Presidente, quero terminar, dizendo o seguinte: os três partidos da oposição, legitimamente, apresentam um relatório a que chamam *Relatório viciado, inquérito inacabado*. Este relatório...

O Sr. José Magalhães (PS): — Esse é o vosso!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Este relatório...

O Sr. José Magalhães (PS): — Relatório viciado e inquérito inacabado é o vosso!

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Mas o documento não se chama assim?!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — O documento não se chama assim, Sr. Deputado?! É que vejo aqui um documento chamado *Relatório viciado, inquérito inacabado!*

Protestos do PS.

Portanto, entregaram um relatório-sombra, apresentado pelos três partidos, conforme foi anunciado publicamente, e quero, a este propósito, dizer-lhe o seguinte, se os Srs. Deputados me quiserem ouvir, tal como vos ouvi ao longo desta manhã: os Srs. Deputados falam em perguntas não respondidas, mas não deixa de ser curioso que as perguntas que enunciam, logo na primeira parte do relatório que apresentam, não tenham sido feitas em mais de 100 dias da Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, depois, vêm dizer que houve um conjunto de perguntas que ficaram por fazer quer ao Dr. Paulo Portas, quer ao Dr. Durão Barroso.

Sei perfeitamente que o Sr. Deputado José Magalhães gostava de fazer 20 audições ao Dr. Paulo Portas...

O Sr. José Magalhães (PS): — Não, porque seria maçador!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — ... e gostaria de fazer outras 20 ao Sr. Dr. Durão Barroso, mas a verdade é que, se o Sr. Deputado teve oportunidade de fazer uma audição, sobre esta matéria, ao Dr. Paulo Portas, isso não se deve a nenhum dos seus camaradas, deve-se ao facto de esta maioria ter viabilizado esta Comissão Parlamentar de Inquérito, deve-se ao facto...

O Sr. José Magalhães (PS): — Só faltava!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Não, os seus camaradas, o seu líder parlamentar demissionário era líder parlamentar na altura em que o PS chumbou esta mesma Comissão Parlamentar de Inquérito, e eram maioria e estavam no Governo.

Isto, Sr. Deputado, para lhe dizer que o argumento é muito simples:...

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas o CDS não votou contra, também, nessa altura?!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sabe qual é o problema? É que o Sr. Deputado queixa-se de não fazer as perguntas que queria fazer, mas o Sr. Deputado teve aqui o Dr. Paulo Portas durante 5 horas, para lhe fazer todas as perguntas que entendesse, e não o fez.

O Sr. José Magalhães (PS): — Eu não tinha os documentos!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Mas até lhe digo mais, Sr. Deputado! Trata-se de uma técnica mais ou menos como esta: eu chamava o Sr. Deputado José Magalhães a vir depor à Comissão e, nessa audição, fazia-lhe quatro ou cinco perguntas e deixava duas ou três na manga, bem escondidinhas, para dizer «que vergonha, o Sr. Deputado José Magalhães não respondeu às perguntas e, portanto, tem de vir cá outra vez», e assim sucessivamente.

O Sr. José Magalhães (PS): — Eu não sabia da reunião do Guincho! Só o alemão é que falou no Guincho!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, o senhor tem oportunidade de defender aquilo que bem entender e de inventar os mistérios que queira, sejam do Guincho ou de outro lado qualquer, a verdade é que não me parece que o Sr. Muhlenbeck, vivendo em Cascais, não saiba bem onde é que é o Guincho. Mas, em todo o caso, é importante centrarmo-nos naquilo que é essencial, e o essencial dessa reunião, que nunca foi secreta, aliás, foi pública, é que, se o Sr. Deputado quisesse, podia ter feito as perguntas que entendesse sobre o tema, mas não as quis fazer.

O Sr. José Magalhães (PS): — Eu não sabia!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — E ficámos a saber, pela própria intervenção do Sr. Muhlenbeck nesta Comissão, o que esteve em causa nessa reunião. O Sr. Deputado quer que lhe leia o que ele nos disse aqui? Eu leio!

O Sr. José Magalhães (PS): — O problema é a data!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, ouça! Em vez de estar sempre a falar, ouça: «Essa reunião...» — diz o Sr. Muhlenbeck — «... foi extremamente difícil para nós,...» — nós, MAN Ferrostaal — «... porque ele insistiu...» — ele, Paulo Portas — «... que também déssemos garantias dos pagamentos parcelares durante o processo de construção para prestar garantias bancárias relativamente a estes pagamentos. Isto representava um grande sacrifício para nós,...» — nós, MAN Ferrostaal, e estou a identificar só para o Sr. Deputado me poder

seguir — «... porque, tal como sabem, os bancos cobram dinheiro, tal como cobram comissões». Sr. Deputado, isto está nas declarações que estão juntas aos nossos autos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é em 2013!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que permitam que o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila continue a usar da palavra.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Nós sabemos o incómodo, o desnorte que paira no Partido Socialista sobre esta matéria,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Nenhum!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — ... e é evidente, Sr. Presidente, mas gostaria de terminar, Sr. Deputado José Magalhães, se me permitisse.

De facto, nós também poderíamos usar essa técnica, de guardar umas perguntas na manga, ignorá-las ou até não tomar conhecimento delas e, depois, mais tarde, vir dizer que há um facto novo. Não, Sr. Deputado, não há nenhum facto novo, só há facto novo em algumas cabeças que querem apenas prolongar indefinidamente esta Comissão, mas, quanto a isso, os Srs. Deputados já sabem que nós não estamos disponíveis.

Há quem fale em bloqueio, há quem fale em querer apagar a história, há quem fale em fuga, mas, uma vez mais, fomos nós, ao contrário daquilo que o Partido Socialista fez, que viabilizámos esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao longo desta Comissão, não quisemos embarcar num conjunto de insinuações e suspeições que aqui foram feitas, quisemos procurar os factos, e a verdade é que, quer o Sr. Deputado José Magalhães goste ou não goste, quer lhe doa mais ou menos, há um facto que é absolutamente incontornável, que é o facto de que todos estes programas militares começaram, tiveram desenvolvimento ou acabaram com um Governo do Partido Socialista.

O Sr. José Magalhães (PS): — Que grande descoberta!

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — E a verdade é que aquilo que os senhores estão a procurar fazer no fim destes trabalhos, para quem fala em «bloqueio» e «fuga», é apenas branquear aquela que é a vossa responsabilidade nesta matéria. E com isto, Sr. Deputado, como é evidente, nós não pactuaremos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, antes de dizer aquilo que tenho intenção de dizer, quero fazer dois breves comentários, o primeiro dos quais é o seguinte: em 2010, quando o Bloco de Esquerda propôs a criação de uma comissão de inquérito às contrapartidas militares, é um facto que o PS votou contra, mas é igualmente verdade que, nessa altura, o PS esteve bem ou mal acompanhado pelo PSD e pelo CDS. Portanto, vamos repor as coisas como elas aconteceram.

O Sr. José Magalhães (PS): — Foi esquecimento!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Em segundo lugar, quero também deixar uma nota de consideração e de reconhecimento pelo trabalho esforçado dos funcionários da Assembleia que prestam apoio à Comissão, que, com mais ou menos regularidade, acompanharam e apoiaram o trabalho desta Comissão, a sua competência, a sua dedicação e o seu empenho, sem o qual muito do nosso trabalho sairia ainda mais prejudicado.

Disto isto, gostaria ainda de dizer que assinei, juntamente com o Srs. Deputados Jorge Machado e José Magalhães um documento chamado Relatório Viciado, Inquérito Inacabado, já aqui referido por vários Srs. Deputados, o qual constitui uma declaração de voto conjunto, um voto contra as conclusões e um voto de censura ao funcionamento da Comissão.

Seja como for, de acordo com o que foi combinado com os Srs. Deputados Jorge Machado e José Magalhães, sugiro que esse documento seja considerado como uma declaração de voto e, como tal, anexado às conclusões desta Comissão.

O PSD e o CDS aceitaram esta Comissão de Inquérito de má-fé. Aprovaram-na, como todos sabemos, mas depois encarregaram-se de sabotar o seu trabalho, esvaziar o inquérito, impedir o esclarecimento.

O PSD e o CDS entenderam-se entre si, trocaram entre si um favor mutuamente vantajoso: a proteção de Durão Barroso e de Paulo Portas, a proteção dos seus.

Exigia-se a esta Comissão respostas concretas e definitivas sobre quatro perguntas simples relativas aos contratos dos submarinos:

Primeira pergunta: os alemães foram favorecidos ou os interesses do Estado foram defendidos?

Segunda pergunta: o Grupo Espírito Santo foi favorecido ou as condições de financiamento protegeram as finanças públicas?

Terceira pergunta: face à corrupção condenada na Alemanha, houve ou não corrupção em Portugal e quem terá beneficiado dela?

Quarta e última pergunta: qual o grau de responsabilidade dos governantes que conduziram estes processos?

Quero manifestar o meu protesto e a minha estranheza porque, na opinião da Sr.^a Relatora, estas quatro perguntas, que são há muito impostas por uma opinião pública cada vez menos condescendente, são transformadas pela Sr.^a Relatora em insinuações. Julgo que não são insinuações, são perguntas legítimas e que a realidade ajuda a sustentar.

É por essa mesma razão que respondo a cada uma dessas perguntas:

Primeira resposta: há cláusulas no contrato dos submarinos que favorecem o consórcio fabricante e desprotegem o Estado.

Segunda resposta: a fase final da negociação da operação de financiamento da compra dos submarinos favoreceu o consórcio financeiro que incluía o BES, como sabemos, permitindo-lhe alterar, com vantagem, algumas condições contratuais, tratamento de exceção de que não beneficiaram os outros candidatos.

A terceira pergunta que referi não obteve resposta porque, na hora certa, sempre surgiu o conhecido biombo judicial. Relembro que a terceira pergunta era relativa à corrupção.

Quarta e última resposta: relativamente às responsabilidades políticas dos governantes, a acreditar no Dr. Durão Barroso, a responsabilidade é toda do Dr. Paulo Portas; a acreditar nos factos, a responsabilidade é dos dois.

A Sr.^a Deputada Mónica Ferro fez um relatório de conveniência que replica a verdade oficial imposta por muitos silêncios e cumplicidades, ao longo dos últimos anos, dispensando até — deu-se a esse luxo — alguns elementos novos obtidos pelo trabalho desta Comissão.

As conclusões da Relatora do PSD e do CDS são, por isso mesmo, tendenciosas, parciais e mesmo mentirosas.

Tendenciosas porque só aceita, admite e reconhece factos e situações que sustentam a versão que quer ver consagrada. Parciais porque omite, esconde e desvaloriza informação e opinião que contraria a narrativa que quer ver imposta. Mentirosas, finalmente, porque não é verdade, ao contrário do que a Sr.^a Relatora diz, que «nenhuma pergunta tenha ficado por fazer» e muito menos que «não se tenha retirado qualquer indício de cometimento de ilegalidades».

Mesmo o único consenso que esta Comissão podia formular não aparece sequer nas conclusões — refiro-me às contrapartidas. As contrapartidas foram um pântano, um embuste, uma falácia, para citar apenas alguns ex-governantes, cuja semântica criativa se libertou quando eles se libertaram do Governo.

A Relatora consegue o milagre de ver outra explicação para o insucesso das contrapartidas: a culpa é da Comissão Permanente de Contrapartidas, nas suas várias existências, conclusão que surge embrulhada em sete outras conclusões que transcreve e que são, na íntegra — calcule-se lá —, *copy paste* de textos da Direcção-Geral das Atividades Económicas e outros.

Por todas estas razões, é minha convicção que temos pela frente um Relatório viciado e um inquérito inacabado.

Permanecem dúvidas por esclarecer, contradições por resolver, ficam muitas perguntas sem resposta, são mais que muitas as omissões.

Podia ter sido diferente se PSD e CDS tivessem outra cultura de debate, outra matriz democrática, outra relação com a verdade e, também, outro respeito pelo Parlamento e pelas suas regras.

A maioria pode impor-se pelos seus votos mas não pode dispensar-se de respeitar as regras. A primeira regra da democracia é precisamente saber respeitar as regras. Se as regras não respeitam a democracia, a democracia pode deixar de respeitá-las. Se as regras não nos respeitam — e falo de cada um de nós, Deputados — então não devemos respeitar essas regras.

O PSD e o CDS só tiveram, ao longo destes meses, duas preocupações: acabar com o inquérito o mais depressa possível e procurar que poucos portugueses dessem pela sua existência.

O inquérito concluiu-se sem que alguma documentação seja conhecida e outra nem sequer se localizou por ser desconhecido o seu paradeiro.

As audições sucederam-se a um ritmo tal que impediram, antes, a sua preparação, e depois, a sua sistematização e tratamento. Algumas contradições ficaram por esclarecer, porque PSD e CDS recusaram mais audições. Refiro-me apenas e só às últimas declarações de Dr. Durão Barroso, que são tão contraditórias com outros factos entretanto aqui relatados que exigiam esse esforço de esclarecimento. Importantes informações conhecidas nos últimos dias ficaram por tratar e aprofundar. Refiro-me às notícias das reuniões do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, que já aqui foram referidas por outros Srs. Deputados. Tudo isso deveria ter sido mais averiguado.

Finalmente, como se de uma homenagem do vício à virtude se tratasse, esta Comissão até realizou audições durante as férias parlamentares.

A pressa foi tanta que a Sr.^a Relatora nem à Comissão teve tempo de apresentar o Relatório.

Tudo isto com o beneplácito do Sr. Presidente, que se fez passar por árbitro e se esqueceu todo o tempo que estava aqui eleito pelo Parlamento e

não pela maioria, que estava aqui com a missão de representar e defender o Parlamento e não a maioria a que pertence. Não foi um bom Presidente nem sequer um bom árbitro.

Tal Presidente, tal Comissão. Tal Comissão tal Presidente.

Espero e confio que a Comissão que aí vem, o inquérito ao BES, como todos sabemos, esclareça o que PSD e CDS deixaram agora por esclarecer. Mas, sobretudo, o que espero e confio é que a próxima Comissão permita contrariar a imagem de subserviência atrelada que esta comissão deixou aos olhos dos cidadãos.

Esta será a minha declaração de voto, que deixarei escrita e entregue na Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Muto obrigado, Sr. Deputado, em particular pelas referências que me fez.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Cardoso.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — De certa forma, será um pouco estranha a minha pequena intervenção, mas não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse, até porque subscrevi um documento cujo título é Relatório Viciado, Inquérito não Acabado e teria de dizer publicamente por que é que o fiz.

Desempenhando as minhas humildes funções de Deputado suplente, acompanhei a maioria das reuniões e devo dizer que, tendo a maioria inviabilizado audições devidamente justificadas, deixei de ter dúvidas e assinei com toda a convicção o documento que referi.

Agradeço ao Sr. Presidente pela oportunidade que me deu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Gostaria apenas de dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD e do CDS entregarão também uma declaração de voto, que solicitamos que seja anexada ao Relatório.

O Sr. **Presidente**: — As declarações de voto que sejam apresentadas serão, obviamente, anexadas e divulgadas. Algumas até já terão sido divulgadas sob a forma de conferência de imprensa. Mas se algum Sr. Deputado pretender ainda, apesar do adiantado da hora, usar da palavra para fazer uma declaração de voto, concederei a palavra para esse efeito.

De qualquer forma, penso que, se estiverem de acordo, passaríamos à votação do Relatório.

Pausa.

O Sr. **Filipe Lobo D'Ávila** (CDS-PP): — Apresentado por quem?

O Sr. **Presidente**: — Só há um Relatório sujeito à votação, Sr. Deputado.

Não creio ser do seu interesse lançar uma confusão sobre a matéria que estamos a votar, Sr. Deputado Lobo D'Ávila.

Vamos votar o Relatório apresentado pela Sr.^a Deputada Mónica Ferro, com as alterações aceites durante a reunião.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É o Relatório mau!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — O Relatório foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PSD André Pardal, em substituição de Paulo Mota Pinto, António Prôa, Elsa Cordeiro, Mónica Ferro, Nuno Serra, Paulo Rios de Oliveira e Paulo Simões Ribeiro e dos Deputados do CDS-PP Filipe Lobo D'Ávila e Telmo Correia e com votos contra dos Deputados do PS António Cardoso, Filipe Neto Brandão e José Magalhães, dos Deputados do PCP João Ramos e Jorge Machado e do Deputado do BE João Semedo.

Tive de nomear os Srs. Deputados, porque, como sabem, a votação, numa comissão de inquérito, é individual e nominal.

Srs. Deputados, o Relatório está, portanto, aprovado.

Se algum Sr. Deputado pedir a palavra para uma declaração de voto ou para qualquer outro efeito, concedê-la-ei.

Srs. Deputados, quero ainda, e porque não o fiz antes da votação, fazer não uma declaração de voto, mas uma pequena declaração, que depois transmitirei ao Plenário.

Gostaria de deixar, porque ainda não o fiz — e a primeira responsabilidade seria minha —, um agradecimento muito especial e particular aos funcionários da Assembleia da República que colaboraram connosco. Devo dizer que, tendo já tido oportunidade de, na qualidade de vice-presidente, seja da Assembleia, seja de comissões, presidir aos trabalhos, nunca tinha tido, de forma tão aturada, demoradamente e com tanta exigência, a responsabilidade de presidir a uma comissão. E o testemunho que gostaria de dar é o de que estou vivamente impressionado com a capacidade de trabalho e com a qualidade de trabalho.

Muitas vezes, criticam-se os funcionários em geral e os funcionários parlamentares em particular, mas queria dizer que, para mim, foi motivo de muito positiva impressão o trabalho que foi feito.

Gostaria de dirigir-me a todos, em particular aos que estão hoje connosco hoje.

Dirijo-me à Dr.^a Laura Costa, pela sua competência, capacidade e segurança jurídica. Muitas dificuldades poderiam ser criadas a qualquer presidente se não existisse segurança na análise estritamente jurídica e na interpretação jurídica das várias matérias com as quais somos confrontados.

Dirijo-me também aos que nos assessoram, ao António Carlos, à Anabela, à sua colega jurista que trabalhou connosco, que fizeram, de facto, como aqui foi dito, um trabalho absolutamente extraordinário.

Desde o início, a Comissão trabalhou para cumprir os prazos com que estava confrontada, o que implicou um trabalho muito exigente para conseguir notificar os depoentes. Lembro-me que, no início, alguns Srs. Deputados diziam que achavam que nem sequer seria possível notificar pessoas em agosto. O que é facto é que os nossos funcionários, mesmo quando os Deputados tiveram um período de férias, estiveram aqui e conseguiram notificar pelo menos a maioria das pessoas.

Gostaria, pois, de deixar este agradecimento.

Em segundo lugar, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, conjugando em mim mesmo qualidades que são de Deputado da maioria mas também de Presidente, que tem a obrigação de fazer cumprir as regras da democracia, as quais se definem pela maioria, ainda que, obviamente, a minoria tenha os seus direitos, do meu ponto de vista esta Comissão conseguiu, independentemente do juízo crítico e legítimo — de resto, de alguma forma, os juízos e as opiniões diferentes que aqui ouvimos não é exclusivo desta Comissão; tem acontecido em várias comissões de inquérito, com várias maiorias diferentes, haver leituras políticas diferentes daquilo que aconteceu na comissão —, reunir um acervo documental relevante e fazer um trabalho exaustivo.

Felicito também a Relatora, independentemente do juízo de valor político que cada um faça do Relatório, pelo trabalho que teve de fazer num tempo curto. É evidente que esse tempo curto será sempre matéria de controvérsia, mas essa foi a opção da Comissão e foi a opção maioritária. A Comissão poderia ter decidido ou prolongar mais os trabalhos, como foi aqui defendido pelos partidos da oposição, ou não prolongar os trabalhos e terminar, como foi decisão dos partidos da maioria. E, dentro dessa decisão, a Comissão fez o trabalho que era possível.

O que gostaria de vos dizer, como impressão minha, pessoal, sem querer entrar na polémica estrita que aqui foi expandida e da leitura que faço das comissões de inquérito — estou a pensar, por exemplo, noutras declarações de outros presidentes de comissões de inquérito, umas mais positivas, outras menos positivas, uma mais crítica, outra menos crítica —, é que nós temos de olhar para as comissões com os constrangimentos que elas têm — e nesta deparámos com vários: advogados, cidadãos estrangeiros, etc.; com o tempo que ela decidiu usar, suficiente ou não suficiente, consoante a opinião da maioria ou da oposição —, temos de olhar para o que elas conseguiram em si mesmo, ou seja, não por aquilo que se poderia esperar que conseguissem, não por aquilo que seguramente a opinião pública, a opinião publicada ou até a imprensa poderia esperar que elas conseguissem, mas por aquilo que efetivamente elas fizeram e por aquilo que elas valeram, pelo que conseguiram ouvir e pelo repositório que fica.

Dirão alguns que há matérias que nos foram limitadas e vedadas, pela separação de poderes num Estado de Direito democrático — é verdade. Dirão outros que há matérias que ainda terão continuidade e que esta não é a última maravilha do mundo nem o estado final de qualquer arte — é possível que assim seja, Sr. Deputado José Magalhães. Mas é, ao

momento de hoje, com o tempo e as condições que tivemos, o trabalho que foi feito. Ou seja, o que acho que não é razoável dizer é que foi um passo atrás, porque não foi. De facto, o acervo, o trabalho que aqui temos pode vir a ter outra continuação: pode ter uma nova comissão, pode ser desenvolvido noutras comissões, pode ser apurado noutras sedes. Mas dizer que foi um passo atrás, não, independentemente das leituras que fazamos sobre este passo que foi dado.

Gostaria apenas de deixar esta nota do ponto de vista pessoal, porque, de alguma forma, e espero que de uma forma até mais elaborada, porque estou a afalar de cor, a transmitirei também ao Plenário, uma vez que há lugar a uma intervenção do Presidente da Comissão.

Não obstante aquilo que eu disse poder não ser consensual para todos, como é evidente é a minha opinião e não devo fugir dela, porque isso também faz parte das regras da democracia.

Srs. Deputados, se alguém quiser ainda usar da palavra ou fazer declarações de voto, pode fazê-lo.

Inscreveram-se a Sr.^a Relatora, a Deputada Mónica Ferro, e os Srs. Deputados Jorge Machado e José Magalhães.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mónica Ferro.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Presidente, é claro que não me vou pronunciar sobre tudo o que aqui foi dito, até porque acho que há palavras que qualificam mais quem as profere do que as pessoas visadas. Mas há duas ou três notas que não podia deixar de registar.

Este Relatório foi feito com seriedade. A metodologia escolhida, que aqui foi amplamente questionada, foi a de tomar, de boa fé, o que os depoentes aqui disseram, reproduzir esses depoimentos e, sempre que possível, garantir o contraditório. Ainda agora, posso reconhecer que,

tendo-me falhado o contraditório com a auditoria do Sr. General Chambel, me predispus imediatamente a aceitar a inclusão desse contraditório. Acho que mais transparência do que isto não há.

Bem sei que os relatórios, muitas vezes, têm uma orientação política, uma visão pré-condicionada, do início até ao fim. O que se tentou com este Relatório foi colocar a descoberto o maior número de factos e o maior número de depoimentos. Até porque não nos podemos esquecer que este Relatório, levando em anexo toda a documentação que foi produzida para esta Comissão, vai para a Procuradoria-Geral da República. Portanto, há muitas questões que aqui foram levantadas, há muitos depoentes que nunca tinham sido questionados sobre estas matérias e que o foram, pela primeira vez, nesta Comissão. Portanto, considero que, logo à partida, é uma mais-valia desta Comissão o facto de, pela primeira vez, se ter questionado os decisores políticos, os decisores técnicos, as chefias militares sobre determinadas decisões tomadas e, sobretudo, a tentativa de demonstrar ou não que o interesse do Estado tinha sido salvaguardado.

É claro que nós poderíamos continuar indefinidamente os trabalhos desta Comissão. Eu disse, na sexta-feira passada, que a minha convicção — e reitero a minha convicção — é que, onde não há nada, podemos continuar a procurar por tempo indefinido que nada se encontrará. O que aqui ressalta, nos últimos dias dos trabalhos desta Comissão... E os Srs. Deputados não podem tomar como boa apenas parte da verdade. Ainda há pouco se aduziu aqui às declarações de que o dinheiro que teria sido distribuído à família do Grupo Espírito Santo teria sido de 5 milhões de euros e teria havido uma sexta pessoa que teria recebido parte desse dinheiro. É engraçado, mas a frase não termina aí, porque é dito imediatamente a seguir «mas não foi o ministro». A frase completa é essa. Portanto, se os senhores vão começar uma nova comissão de inquérito

usando apenas como boa verdade aquilo que vem noticiado e tendo esta estratégia da frase coartada, que foi a estratégia que nunca se tentou seguir neste Relatório, isso, sim, condena uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao insucesso.

Fiz o melhor trabalho que pude, o melhor trabalho que consegui, com a ajuda dos assessores. Confessei, desde o início, que não seria possível fazê-lo sem apoio. Tentámos que todos os factos relevantes fossem vertidos no Relatório e é claro que as conclusões teriam de ser as minhas, eram as minhas conclusões. E era esse o momento em que os grupos parlamentares deveriam ter vindo à luta, ter contestado as minhas conclusões e ter proposto alternativas, e talvez tivéssemos conseguido um Relatório que pudesse espelhar mais aquela que, aparentemente, é a vossa verdade e não a minha verdade. Não percebo como possa ser possível verdades parcelares.

Não me vou referir aos ataques pessoais e à minha reputação que aqui foram feitos. Tenho muitos anos de trabalho para me deixar afetar com insinuações. Mas não posso deixar de lamentar que o esforço que foi feito para elaborar um Relatório sério e sistematizado não tenha sido reconhecido.

Dito isto, agradeço o tempo que gastaram em lê-lo. As sugestões que foram fazendo com certeza farão com que a próxima comissão parlamentar de inquérito tenha um relatório ainda melhor. E este processo de aprendizagem, que foi pessoal e político, não é dado como perdido, porque, como ainda há pouco disse, tudo o que foi suscitado nesta Comissão será enviado para a Procuradoria-Geral da República e servirá de sustentação para processos futuros e para processos correntes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dizer que demos entrada na mesa de uma declaração de voto escrita, assinada pelos Srs. Deputados do PS, do PCP e do BE, cujo título é Relatório Viciado, Inquérito Inacabado, que naturalmente fará parte, como Anexo, do Relatório aqui apresentado e votado.

Em segundo lugar, a Sr.^a Deputada Relatora já referiu, e bem, que o acervo documental vai ser enviado para o Ministério Público. Importa abordar o problema da desclassificação de alguns documentos que ficaram classificados nesta Comissão de uma forma completamente desnecessária. De facto, relativamente a documentos que não têm segredo de Estado, importava abordar o problema da desclassificação desses mesmos documentos para o seu envio para o Ministério Público.

Em terceiro lugar, a título final, gostaríamos de deixar aqui uma palavra de saudação e elogio aos trabalhadores desta Comissão, aos serviços, que tiveram um papel fundamental nesta Comissão e tiveram o ingrato papel de trabalhar nestas circunstâncias e com este calendário verdadeiramente alucinado, imposto pela maioria parlamentar PSD/CDS-PP.

Por fim, não subscrevo nenhum elogio relativamente ao papel do Sr. Presidente. Desde o primeiro minuto em que exerceu as funções, não só temos dúvidas de que o Sr. Presidente tenha cumprido com todas as regras, como também temos uma certeza absoluta: o Sr. Presidente não cumpriu com a obrigação primeira de Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é um papel de imparcialidade relativamente aos grupos parlamentares.

O Sr. Presidente, desde o primeiro minuto, condicionou e conduziu os trabalhos desta Comissão de uma forma que eu, como Deputado desde 2005, nunca vi. Nunca vi nenhum presidente de nenhuma comissão ter o papel que o Sr. Presidente teve. E nós queríamos deixar aqui esta denúncia clara, porque achamos que um presidente de uma comissão ou de uma comissão parlamentar de inquérito não pode ter este papel, completamente parcial, relativamente à condução dos trabalhos.

Com toda a frontalidade com que o Sr. Presidente está habituado a lidar com os Deputados do PCP, queríamos deixar aqui claramente essa mesma mensagem. E que fique também para reflexão futura qual é o papel do presidente de uma comissão parlamentar de inquérito: se o papel dele é ou não ser imparcial relativamente ao grupo parlamentar de onde ele vem e se esse papel deve ser ou não determinante na condução dos trabalhos.

Isso, infelizmente, verificou-se nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e queríamos deixá-lo aqui registado com frontalidade e com clareza.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, mais do que telegraficamente, quero deixar três questões: os agradecimentos, o património de investigação e o futuro.

Primeiro, partilhamos, obviamente, dos agradecimentos feitos pelo Sr. Presidente. Não diria outra coisa e também não diria melhor.

Em segundo lugar, há um património de investigação, não há dúvida nenhuma. E esse património de investigação é mérito de todos os que pediram documentos e fizeram perguntas, designadamente aqueles que, agora, subscreveram o documento que refere o tal relatório viciado e o

inquérito manifestamente inacabado. É um património importante porque, entre outras coisas, ele inclui documentos de que muita gente falava, mas que nunca ninguém tinha visto, designadamente os contratuais, e inclui correspondência do Estado. E só não inclui a correspondência entre quem assessorou o Governo e o Governo, os departamentos respetivos, porque foi invocado o sigilo profissional. Mas, no dia em que se abriu o arquivo da Procuradoria-Geral da República em relação ao caso dos submarinos, teremos aí milhares e milhares de *mails* que reconstituirão capítulos não escritos deste Relatório e que são aqueles que revelam como foram geradas as cláusulas, as tais cláusulas que manietaram o Estado, na altura própria — era a altura em que tinha de ser manietado, portanto, a altura da execução do contrato. E essas foram geradas, inequivocamente, no ano da graça de 2004 e assinadas, inequivocamente, pelo Dr. Portas. E aí não há dúvida nenhuma, nenhuma!

Até tivemos uma descrição, de tipo cinematográfico, da noite de 20 para 21 de abril de 2004, em que, às 5 horas da manhã — narrou a testemunha Ayala —, foi interrompida a reunião para considerar uma importante e última questão, não a discutida no «Guincho», mas outra. E, depois, o então Coronel Serafino teve ocasião de transmitir a Sua Excelência o Ministro o que transmitiu e que nós não sabemos, porque não pudemos ouvir o Coronel, futuro General, Serafino. Por que é que não pudemos ouvir? Por nenhuma razão. Não há nenhuma desculpa. Inventou-se uma regra: «não ouvirás militares no ativo»... Isto parece saído das Tábuas da Lei, de Moisés, descido do Monte. Mas «não ouvirás militares no ativo», porquê?! Ouvimos militares no ativo, as chefias militares, e parámos aí. A partir daí, só no passivo, só aposentados. E porquê? É uma regra completamente absurda. E, de resto, é uma regra que só tem consequências obviamente negativas.

Dizia eu, Sr. Presidente, que, desse trabalho de investigação, truncado, inacabado, impedido, particularmente deficiente em relação à justiça alemã, nós precisávamos de conhecer, por portas diretas e não travessas, a sentença que condenou o Sr. Jürgen Adolff. É que nela se reflete não só a confissão do Sr. Adolff, que foi essencial para não ser condenado em pena superior, como também as peças processuais que levaram a que a sentença fosse a que foi. Entre elas está uma descrição minuciosa das atividades de «*lobbying*» que ele desenvolveu, ou diz ter desenvolvido. E, obviamente, este documento seria útil. Algum dia havemos de chegar a esse documento. Não foi desta vez que apanhámos o avião para Munique, mas não estamos impedidos de fazer essa diligência, e talvez um dia venhamos a ter essa sentença devidamente traduzida ou talvez a sentença final, até.

Gostaria de subscrever, também, a proposta de desclassificação. Julgo que, obviamente, temos de examinar os documentos um a um, porque o juízo tem de ser individualizado, mas não duvido, em absoluto, de que haverá consenso para desclassificar a maior parte dos documentos. Não digo que os percorri todos, porque ainda agora estão a desabar documentos sobre nós, mas percorri a maior parte, talvez, e não tenho dúvidas de que os que vi podem ser perfeitamente divulgados.

E, Sr. Presidente, julgo que deveriam ser divulgados pela Assembleia. A esta hora, já qualquer um...

O Sr. Presidente: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. José Magalhães (PS): — Não, mas de forma perceptível. Estava a dizer que os documentos deviam ser divulgados pela Assembleia num arquivo próprio.

O Sr. Presidente: — Mas uma vez classificados!

O Sr. José Magalhães (PS): — Sim. Deviam ser divulgados porque, a esta hora, por exemplo, quem quiser ler as audições todas já tem, lado a lado, a versão em vídeo, colocada no *YouTube*, e a ata. Isso é importante, embora falem atas. É fácil demais, ou seja, consegue-se, e até estão com formulários para comentar.

Não se passa o mesmo com outros documentos, e não serão colocados neste *site*. Pelo menos sob minha responsabilidade, não serão colocados outros antes de fazermos essa desclassificação.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. José Magalhães (PS): — Como?

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Pode haver um passarinho que os leve para algum lado!

Risos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não, porque só temos estes documentos aqui, na Comissão, e não vejo passarinhos nem passarões para divulgar esses documentos. Não por acaso, não apareceram.

A ideia de haver um arquivo digital específico parece-me subscritível também pela maioria e julgo que devia ser pago e organizado pela Assembleia e ter qualidade adequada, porque também isto são edições, não é só o livro. Eu tenho livros muito meritórios editados pela Assembleia, mas estes documentos também são edições.

Por último, Sr. Presidente, passo a referir-me à questão do futuro.

Ouvi com uma atenção milimétrica algumas considerações sobre o futuro e algumas fazem-me abrir a boca de espanto, porque eu sei o que vai para a PGR, que é o produto do nosso trabalho honesto, mas não sei o que vem da PGR, logo que seja possível aceder, por exemplo, ao baú das escutas telefónicas deste caso ou das apreensões feitas de documentos.

O Sr. António Prôa (PSD): — São os tais passarinhos!

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas vamos saber! Vamos saber digitalmente. Os pássaros, coitados...

Portanto, eu seria muito cauteloso nessa matéria. Sobre isso não digo nada, não dizemos nada, dizemos o que está no documento Relatório Viciado, Inquérito Inacabado, que na sua parte sobre o olhar para o futuro apenas diz que vale a pena prolongar os esforços para descobrirmos a verdade. E, nessa parte, a verdade é o que é, atinge quem atinge. Não temos nada a esconder nem nenhum *parti pris* nessa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, o inquérito continua.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, é muito rápido. Não vou intervir sobre a passarada, mas relativamente à última intervenção da Sr.^a Deputada Mónica Ferro.

Assumo, pessoalmente, que usei as seguintes expressões: considereei que o Relatório não tinha condições de seriedade, coerência e consistência; e disse também — a Sr.^a Deputada ouviu-me — que as conclusões eram tendenciosas, parciais e mentirosas.

Nada disto lhe é dirigido pessoalmente, como é evidente, mas é dirigido politicamente a todos e a cada um dos Srs. Deputados da maioria. Não é nada de pessoal, é uma avaliação política. Aliás, votei favoravelmente — julgo até que foi das poucas votações em que votei a favor nesta Comissão — a sua nomeação, reconhecendo que, naturalmente, tem condições, quer pessoais, quer políticas, para a função para a qual foi nomeada.

Portanto, repito o que disse, com toda a clareza — quando tenho para dizer, digo. Ainda agora exprimi um ponto de vista crítico relativamente à forma como o Sr. Presidente Telmo Correia exerceu essa função,...

O Sr. Presidente: — Que muito agradeço...

O Sr. João Semedo (BE): — ... mas isto não tem nada de pessoal, é dirigido politicamente. Respeito os Srs. Deputados, como é evidente, e continuarei a respeitar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, duas considerações breves. Por lapso, não fiz uma delas e ganhou pertinência depois de ter ouvido algumas declarações dos Srs. Deputados que me antecederam.

Desde logo, faz-me sempre alguma confusão esta prática corrente na política de se chamarem os nomes todos e depois dizer-se sempre que isso é feito politicamente e não pessoalmente. Tenho sempre alguma dificuldade em fazer essa distinção, mas parece que é um hábito ao qual, teimosamente, não me adapto. E quando faço afirmações, faço-as, naturalmente, sem rodeios, dirigidas às pessoas responsáveis pelos atos. Acho que isso é dificilmente indissociável.

Já há pouco o afirmei e, portanto, não me vou repetir quanto ao mérito do trabalho da Sr.^a Deputada Relatora, que é pessoal e politicamente meritório, bem como quanto à qualidade da Sr.^a Deputada, mas queria, sobretudo — e foi essa a razão inicial do meu pedido de palavra, porque há pouco não o fiz —, Sr. Presidente, saudá-lo pelo trabalho que desempenhou à frente desta Comissão. Não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse, do ponto de vista pessoal e político. Aliás, conheço o Sr. Presidente há muitos anos, com quem tive a ocasião e o gosto de trabalhar noutras circunstâncias, e admirei sempre muito a sua postura.

Em nome do PSD, mas de forma individualizada, em nome de cada um dos Deputados do PSD que representaram o Grupo Parlamentar do PSD nesta Comissão de Inquérito, queria agradecer, saudar e elogiar a sua prestação enquanto Presidente desta Comissão. Só por manifesta injustiça não se reconhece o esforço que fez em muitas circunstâncias, até difíceis pela pressão das horas e da intensidade do trabalho que levou, muitas vezes, a situações com algum extremismo de posições, tendo sido, em muitas circunstâncias, com a sua intervenção que se evitaram perdas de tempo e situações mais crispadas.

Além do mais — e também só por má-fé é que se pode afirmar o contrário —, em muitas situações, o Sr. Presidente, em lugar de ter uma atitude passiva, tomou uma atitude muito pró-ativa no sentido de resolver pequenos problemas, às vezes pequenos grandes problemas, no sentido de agilizar recolha de informação e marcação de audições para que o trabalho desta Comissão pudesse prosseguir de forma eficaz.

Portanto, Sr. Presidente, queria deixar, em nome de cada um dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata, o nosso testemunho e o nosso apreço pela forma como conduziu estes trabalhos. Não tenho dúvidas de que a forma como conduziu os trabalhos desta Comissão só beneficiou a imagem deste Parlamento, e, por isso, também lhe estamos gratos. Muito obrigado.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Pensamos que, agora sim, estamos em condições de encerrar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado António Prôa, gostava só de dizer que não me sinto nem molestado, nem incomodado, nem ofendido com nenhuma das referências que aqui foram feitas, que me parecem normais, lógicas e que derivam do debate político. Enfim, era o Presidente Jorge Sampaio que costumava dizer que «quem anda aqui tem de ter pele de crocodilo.» Creio que essa frase é feliz. E há ainda outra frase conhecida, de um pensador conhecido, que diz que «quem tem medo do calor não se chega à cozinha.»

Portanto, acho que tudo isso faz parte destas funções, e aqui andamos.

Obviamente que não estou de acordo com algumas críticas que foram feitas, mas também não queria rebatê-las, porque senão vou iniciar mais um debate com o Sr. Deputado João Semedo, o que não vale a pena.

Não estou de acordo, por exemplo, quando o Sr. Deputado me diz «fez-se passar por árbitro». Eu não me fiz passar por coisa nenhuma, Sr. Deputado, não fui eleito pelo Parlamento para aqui estar; eu fui eleito pelos cidadãos eleitores que tiveram a gentileza de votar no CDS-PP, e fui indicado...

O Sr. João Semedo (BE): — Foi eleito Presidente da Comissão pelo Parlamento!

O Sr. Presidente: — Não, não! Fui indicado pelo meu Grupo Parlamentar, a quem cabia a indicação do Presidente para presidir a esta Comissão. Não houve nenhuma votação sobre a qualidade de Presidente da Comissão, cabia ao CDS indicar. O CDS não escolheu ter de indicar e eu não escolhi ser indicado, como o Sr. Deputado imaginará, porque me conhece minimamente.

Portanto, ao contrário do que diz, não fui, de facto, eleito e procurei, no melhor das minhas capacidades, sendo Deputado da maioria e tendo convicções sobre a maior parte destas matérias, ser, na condução dos trabalhos, tão isento quanto consegui ser.

Dizem os Srs. Deputados, mais uma vez, «não conseguiu, falhou completamente». Bom, Srs. Deputados, se calhar também não esperaria que tivessem outra apreciação e, portanto, entendo-a com naturalidade e com normalidade.

A única coisa que diria, talvez até para outros presidentes de comissões e para outras comissões, que espero não vir a presidir, é que, se

calhar, vale a pena fazer esses alertas no decurso dos trabalhos, porque chegar ao fim e concluirmos que houve muitos erros e muitas interpelações de erros de condução dos trabalhos não nos resolve muito o problema.

Na questão do tempo, cumpri uma deliberação da Conferência de Líderes primeiro e da maioria a seguir, porque como Presidente tenho de cumprir a vontade maioritária da Comissão, procurando, obviamente, também, que os direitos da minoria sejam respeitados. Se não o consegui, foi erro meu, mas procurei fazê-lo, garanto-vos, Srs. Deputados, no melhor das minhas capacidades.

Procurei, também, que não houvesse muitos incidentes sobre a condução dos trabalhos. Aparentemente, por esta declaração final, parece que houve muitos, mas eu tinha tido a percepção de que não houve quase nenhuns. Se calhar, fui eu que me apercebi mal, porque no decurso dos trabalhos, tirando uma ou outra situação, muito rara e muito particular, ao fim de 200 horas, tivemos um ou dois incidentes sobre a condução dos trabalhos. Aparentemente, terá havido muitos e terá havido um erro sistemático. Nesses casos, Srs. Deputados, vale a pena irem chamando a atenção ao longo dos trabalhos para que os presidentes possam aprender e melhorar.

Muito obrigado a todos.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 42 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.